



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1467/13	DATA: 19/09/2013	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 09h37min	TÉRMINO: 12h13min	PÁGINAS: 55

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ÍTALO OLIVEIRA MENDES - Diretor de Gestão Estratégica do Ministério do Turismo.
PABLO WANZELLER PINHEIRO - Coordenador-Geral do Fundo Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

SUMÁRIO

Debate sobre o Sistema de Acompanhamento dos Contratos de Repasse do Ministério do Turismo, um novo modelo de gestão que também pode ser adotado pelos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há expressões ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Bom dia a todos. Vamos iniciar a nossa reunião.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos desta reunião de audiência pública destinada a debater o sistema de acompanhamento dos contratos e repasses do Ministério do Turismo, um novo modelo de gestão que também pode ser adotado pelos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, objeto do Requerimento nº 406, de 2013, nesta Comissão, de minha autoria.

Teremos convidados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, também por iniciativa do Deputado Carlos Magno.

Convido, então, para tomar assento à Mesa, Sr. Ítalo Oliveira Mendes, Diretor de Gestão Estratégica do Ministério do Turismo, e o Sr. Pablo Wanzeller Pinheiro, Coordenador-Geral do Fundo Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Agradeço, em nome de todos, a presença dos membros que prontamente receberam e aceitaram o convite para comparecer a esta reunião e prestar os esclarecimentos necessários.

Na realidade, a iniciativa foi deste Deputado, na qualidade de Presidente desta Comissão. Recebi o convite diretamente do Ministro do Turismo, nosso colega Deputado Gastão Vieira, para participar da apresentação desse novo modelo de gestão. E lá compareci. Estavam presentes representantes de vários Ministérios, outras autoridades e técnicos. Gostei muito da apresentação do Ministério do Turismo e fiz um convite para que aqui a fizessem. O próprio Ministro Gastão Vieira disse que viria pessoalmente. Adiamos o encontro por quatro ou cinco vezes, inclusive faríamos em uma quarta-feira, mas marcamos para hoje. O Ministro ficou impossibilitado de comparecer, em função das viagens e tarefas. Eu fui Secretário de Estado e sei o que é isso. Então, resolvemos convidar um técnico, uma pessoa ligada ao Ministério, que conhecesse esse programa, para vir até aqui. Fizemos esse acordo e, por isso, estamos fazendo a reunião em uma quinta-feira.

Quero também pedir escusas pela ausência de vários Parlamentares, porque nós fomos dispensados hoje em função de entendimentos sobre o nosso trabalho aqui na Câmara dos Deputados. Para hoje apenas estão previstos debates, e muitos



colegas nossos se justificaram por apresentarem compromissos em suas bases, em seus Estados e em suas cidades. Espero contar com a compreensão.

O nosso trabalho aqui é gravado pela *TV Câmara*. Temos a *Rádio Câmara*, temos *A Voz do Brasil* e também faremos pronunciamentos. Dessa maneira, não estamos aqui perdendo tempo. Teremos, eu diria, um resultado bastante positivo.

Faço esclarecimentos sobre o funcionamento da reunião. Antes de iniciar as exposições, quero fazer os seguintes esclarecimentos, de acordo com o Regimento Interno da Casa.

O tempo reservado para o convidado é de 20 minutos, prorrogáveis, se necessário for, não podendo ser aparteado. Cada Deputado inscrito para a interpelação poderá fazê-lo por 3 minutos. O convidado terá igual tempo para responder, facultadas réplica e tréplica no mesmo caso.

Passo, então, a palavra ao nosso primeiro expositor, o Sr. Ítalo Oliveira Mendes, Diretor de Gestão Estratégica do Ministério de Turismo. V.Sa. dispõe de até 20 minutos. Se for necessário prorrogar, haverá a compreensão da Presidência desta Comissão.

O SR. ÍTALO OLIVEIRA MENDES - Muito obrigado, Deputado. Bom dia, senhoras e senhores. Quero, em nome do Ministro Gastão Vieira, agradecer a oportunidade de compartilhar um pouco a forma como trabalhamos no Ministério do Turismo.

O Ministério é recente. Este ano, comemoramos as conquistas dos dez primeiros anos de atividade. Os senhores devem lembrar que há dois anos, exatamente em setembro de 2011, o Ministério do Turismo passava, talvez, pelo momento mais difícil, em que recebíamos denúncias de malversação de recursos públicos, com gestores e técnicos da casa presos por uma operação da Polícia Federal e com a substituição dos gestores de então.

A preocupação com a chegada do Ministro Gastão Vieira era que adotássemos uma série de medidas, não só que melhorassem a qualidade da administração pública, mas que garantissem a eficiência, a eficácia e a transparência do gasto público.



Nós estamos adotando uma série de medidas de construção de uma agenda estratégica, com visão de planejamento de curto, de médio e de longo prazos, com a produção de informações estratégicas para a tomada de decisão.

Com os gestores do quadro do Ministério do Turismo e com a próxima geração de gestores pretendemos aumentar a capacidade de gestão formal do Ministério do Turismo. Também visamos a construção de um monitoramento estratégico para que possamos monitorar e avaliar com precisão as políticas públicas conduzidas pelo Ministério.

É nesse sentido, é nesse ambiente que se enquadra uma série de sistemas que o Ministério do Turismo vem desenvolvendo. Hoje teremos a oportunidade de compartilhar uma dessas experiências com as senhoras e os senhores.

(Segue-se exibição de imagens.)

Então, temos aqui um sistema de monitoramento do desempenho do Ministério do Turismo — nós acompanhamos as principais entregas para a sociedade; indicadores de grandes números do Ministério do Turismo, os indicadores do setor, que são acompanhados regularmente; uma agenda de competitividade — acompanhamos as principais demandas em tramitação, que são importantes para o setor; também monitoramos e gerenciamos os sistemas de controles das demandas dos órgãos de fiscalização; e o sistema que é objeto desta audiência pública, que é o que chamamos de SIACOR, o Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse.

A atuação do Ministério do Turismo se dá, em algumas frentes e no planejamento dos destinos turísticos no Brasil, na qualificação profissional, na promoção dos destinos turísticos e, em grande volume, em obras de infraestrutura.

O Ministério do Turismo tem um conjunto muito grande de obras de infraestrutura espalhadas por grande parte dos Municípios brasileiros, que vão desde a sinalização turística, construção de centros de atendimento ao turista, centros de convenções, até diversas obras de acesso e acessibilidade aos atrativos turísticos, como construção de pontes, recuperação de estradas, restauração do patrimônio cultural, acessibilidade de museus. Esse conjunto de obras é feito via contrato de repasse, com a interveniência da Caixa Econômica.



Para acompanhar essas obras, a equipe técnica do Ministério do Turismo desenvolveu, esse sistema que apresentamos agora, o SIACOR. Esse sistema foi desenvolvido pelos técnicos do Ministério do Turismo — grande parte presente aqui hoje nesta sessão — sem auxílios de consultoria externa e sem grandes contratações milionárias.

Através desse sistema, conseguimos acompanhar um conjunto de informações sobre cada obra. Nós vamos passar algumas delas. Então, conseguimos ter uma radiografia do andamento dessas obras realizadas pelo Ministério do Turismo e espalhadas pelo Brasil.

Temos aqui uma visão geral dessa primeira tela do painel de controle dessas obras, que já apresenta o volume de recursos. Temos informações, de 2001 até 2013, de que o Ministério do Turismo investiu na ordem de 7 bilhões de reais em obras de infraestrutura, que totalizam em torno de 15 mil contratos.

Então, via de regra, o Ministério do Turismo tem mais ou menos 15 mil obras de infraestrutura espalhadas pela quase totalidade, ou pela grande maioria dos Municípios brasileiros, as quais gerenciamos por esses contratos, inclusive com o acompanhamento do repasse financeiro.

Há dois anos, não sabíamos do volume de recursos que estava na Caixa, tínhamos dificuldade para gerenciamento desse recurso. Não tínhamos informação para a tomada de decisão, nem para acompanhar cada obra, que muitas vezes são feitas com recursos de emendas das senhoras e dos senhores; não tínhamos informação para que o gestor local ou para que o Parlamentar que alocou aquela emenda pudesse saber o que estava acontecendo num quadro que ocasionava, inclusive, problemas de solvência de pequenas construtoras que realizavam essas obras locais e que não recebiam pagamento de obras eventualmente já medidas ou até concluídas.

A partir daqui, conseguimos não só esse gerenciamento macro, acompanhar todas as obras ou fazer o acompanhamento financeiro, mas o micro também, para cada uma dessas obras. Vamos ver isso.

Acompanhem o volume total repassado, o volume já liberado, o saldo a liberar, inclusive o apto para liberar, o que há de obras medidas na Caixa para liberar. Temos também o valor desbloqueado, quanto já foi repassado para a Caixa,



quanto a Caixa tem lá de recurso bloqueado para fazer o pagamento e, desses recursos, quanto ele já mediou e o que falta repassar para cada uma dessas obras.

Temos também o panorama dos contratos. Temos, ano a ano, o número de contratos celebrados, quantos desses contratos estão com cláusula, quantas dessas obras estão em execução e quantos desses contratos já foram concluídos. É possível saber, por exemplo, que no ano de 2007 o Ministério do Turismo celebrou 2.060 contratos, dos quais só um estava em cláusula; que 421 dessas obras ainda estão em execução; que 1.602 contratos já estão concluídos, finalizados.

Conseguimos gerenciar os contratos de risco, que, para nós, são aqueles que têm empenho realizado em exercícios anteriores a 2012 cujas obras não se iniciaram ainda. Então, eu consigo fazer um gerenciamento mais eficaz para acompanhar cada uma dessas obras, inclusive ter um panorama geral dos contratos. Consigo saber o percentual de contratos concluídos, desses contratos, no Ministério do Turismo. Tenho, então, ali, 54 contratos concluídos; 41% desses contratos em execução; e cerca de 400 contratos em cláusula. Tenho inclusive um panorama dessa execução física.

Aqui, realmente, são as obras realizadas pelo Ministério do Turismo. Dos cerca de 15 mil contratos, tenho 9.453 obras concluídas, 62%; 3.638 obras em execução; 714 obras paralisadas por algum motivo — são objeto de nossa atenção; 1.366 obras contratadas e ainda não iniciadas — nessas obras conseguimos focar.

Eu consigo fazer filtros posteriores. Por exemplo, aqui, acompanho os dez maiores contratos, grandes obras que exigem uma atenção diferenciada. Tenho aqui acompanhado, já na primeira tela do sistema, as dez maiores obras. Para qualquer uma dessas obras, tenho um conjunto micro de informações. Vou entrar, por exemplo, em uma dessas obras. Tenho o número do contrato de repasse, consigo saber a situação desse contrato — em qual exercício ele foi feito, o número da proposta, a data de assinatura, a data de vigência, a validade desse contrato; consigo saber as informações do tomador, do órgão, se é uma Prefeitura, se é um Governo Estadual. Faço, então, esse acompanhamento financeiro, sei qual é o objeto da obra — neste caso, é a construção de uma ponte. Faço o acompanhamento financeiro, tenho todos os dados financeiros daquela obra: o valor liberado, o saldo a liberar ainda, o percentual de liberação, quanto isso representa



do percentual total dessa obra, inclusive informações já referenciadas ali do Município. Eu acompanho o Município, sei se essa obra, se esse recurso investido é de programação, é um recurso oriundo de emenda; consigo acompanhar ali de quem é a emenda, qual é a emenda, de que ano. Neste caso, trata-se de emenda da bancada de Sergipe. Então, acompanho cada um dos empenhos realizados para essa obra, cada uma das ordens bancárias que acompanha o pagamento dessa obra; a execução física, sei do *status* da execução física dessa obra. No caso, a obra está atrasada, então, sei que ela já foi 79,1% medida. Acompanho, dentro desse sistema, inclusive, a prestação de contas para cada um desses contratos. Já tenho aqui, numa tela inicial, todos os outros convênios celebrados, neste caso, no Município de Estância. Então, consigo já, no retrato inicial, saber quais são as outras obras que podemos acompanhar. Há inclusive indicações visuais, consigo acompanhar o gráfico do andamento: a execução física da obra ao longo do tempo, a liberação dos recursos e os recursos bloqueados. Consigo saber se a obra está em andamento, se preciso fazer o próximo pagamento, se há recursos a liberar, se a obra teve problemas na execução, se a obra está paralisada ou não. Consigo fazer sempre esse acompanhamento com outras possibilidades de filtro inclusive.

Eu poderia olhar só os contratos que tivessem cláusulas e saberia quais são as quantidades ano a ano, quais os maiores tomadores de contratos em cláusula, a distribuição desses contratos por UF, quais os dez maiores contratos nessas condições, para que possamos dar um tratamento diferenciado. Eu poderia, também, olhar, por exemplo, apenas os contratos em execução, fazer o gerenciamento dos recursos dos contratos em execução, fazer o acompanhamento da programação conforme a previsão da execução dos contratos. A partir disso, eu consigo saber quantos são os contratos e quando acabam todos os contratos. Sei que tenho um volume a pagar ali ainda de 3 bilhões 565 milhões; desses, já liberados, 2 bilhões e 74 milhões. Então, eu ainda tenho um saldo a repassar de 1 bilhão e 490 milhões. Nesse caso, eu consigo saber a distribuição deles, ao longo dos próximos meses, até o final dos contratos, para fazer a programação financeira também do Ministério do Turismo. Ou seja, tenho tanto de recurso de programação, recurso de emenda, recurso total, que eu vou precisar mês a mês até o final.



Consegui acompanhar aqui as obras que aguardam 50% dos recursos — nesses casos, nas obras que têm valor inferior a 750 mil, repassamos 50% dos recursos do início da obra; quais são as obras concluídas aguardando recursos. Acompanho toda essa execução física. Todo esse olhar com o lucro conseguimos colocar sobre cada um dos contratos.

Posso usar filtro também. Ali em cima, vemos pela prestação de contas. Com um olhar só na prestação de contas, então, sei qual é a quantidade de contrato em prestação de contas hoje no Ministério do Turismo, quanto isso representa de recursos. Consigo saber, por exemplo, que o Ministério do Turismo tem 8.201 contratos em prestação de contas e, desses, 8.179 em situação normal; consigo olhar os contratos que eventualmente estão em tomada de conta especial, o número de contratos que foram cancelados ou que foram distratados, fazer um olhar, inclusive, sobre a prestação de contas de cada um desses contratos.

Consegui inclusive fazer olhares diferenciados. Por exemplo, uma estratégia de priorização adotada pelo Ministério do Turismo, desde 2008, é a identificação dos destinos indutores. Então, foi feito um diagnóstico dos destinos que, quando focos de investimento, potencializados, irradiavam essa potencialidade para outros Municípios induzidos no entorno. Então, dávamos qualidade à execução desses gastos. A partir daí, esses 65 destinos identificados receberam tratamento de destinos indutores. Consigo fazer um olhar diferenciado para os investimentos nesses 65 destinos indutores — o número de obras, o numero de contratos, o valor base desses contratos —, da mesma forma como vimos trabalhando hoje com um olhar diferenciado para as obras da Copa. Não tenho aqui nesse ambiente, mas eu tenho no ambiente de homologação já um olhar diferenciado para as obras da Copa, porque eu também exijo uma atenção diferenciada para o acompanhamento de execução e conclusão dessas obras.

O sistema me permite também fazer um monitoramento. Eu, não só consegui acompanhar cada uma daquelas obras, como também, a cada atualização do sistema — e esse sistema está integrado com o sistema da Caixa Econômica e aí, por conta disso também com o SIAFI e com o SICOOB —, recebo uma nova carga. Geralmente isso é feito semanalmente. Consigo acompanhar, por exemplo, o que chamo, primeiro, de pontos de notificação, quais os novos contratos que foram



assinados naquele período ou quais as novas obras iniciadas naquele período. Inclusive, consigo abrir ali, em qualquer um deles, quais foram essas obras e posso acompanhar; se eu clicasse ali, iria abrir aquela mesma tela com todo o detalhamento de cada uma das obras, ou o que me chama mais atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Peço a compreensão de V.Sa. Eu gostaria de convidar o Deputado Édio Lopes para presidir, porque preciso retirar-me para outro compromisso. Voltarei mais tarde. Parabéns pela exposição!

O SR. ITÁLO OLIVEIRA MENDES - Obrigado, Deputado.

Tenho aqui um conjunto de informações que chamo de pontos de atenção; são conjuntos de informações que exigem um tratamento diferenciado. Por exemplo, sei em cada nova carga dessas quais são as novas obras paralisadas; ou eu poderia saber, por exemplo, quais foram as novas obras concluídas. Por exemplo, eu poderia querer dar um tratamento diferenciado para essas obras concluídas, eventualmente, informar ao gestor local que aquela obra foi concluída ou programar uma inauguração especial para essa obra, se ela for de relevância.

Isso é inclusive o que eu chamo de pontos de intervenção, o que aparece ali em vermelho. Então, por exemplo, há obras que tiveram regresso físico, obras que tiveram a medição e, depois, sua medição inferior. Eu preciso saber o que aconteceu com essa obra. Ou, eventualmente, se eu tenho alguma divergência orçamentária ou financeira, naquela obra, ou se eu tive contratos cancelados que têm a liberação de recursos, ou se eu tenho contratos sem empenho que estão em execução. Então, em qualquer um desses pontos que exigem um monitoramento diferenciado, tenho essa informação em destaque para que a gestão possa atuar, corrigir isso.

Eu posso fazer, por conta do sistema também, todo o acompanhamento financeiro. Então, eu tenho cada ordem bancária encaminhada para a Caixa; dentro do sistema, eu acompanho tantos ofícios encaminhados para a Caixa, como cada uma das ordens bancárias, e eu posso saber, para cada um desses ofícios enviados, quantas dessas obras já foram realizadas, executadas, quantas estão pendentes, quantas tiveram divergência para que eu possa corrigir. Então, eu consigo fazer esse gerenciamento, inclusive, da parte financeira das ordens bancárias encaminhadas para a Caixa.



Bom, outro olhar diferenciado e importante também é esse recorte por Estado. Eu consigo olhar, em todas essas obras realizadas pelo Ministério do Turismo, qual o volume repassado por UF, inclusive, em percentual, quanto isso representa do repasse do Ministério do Turismo. Então, tenho, a distribuição tanto no gráfico de pizza, quanto a distribuição no gráfico de colunas para cada um dos Estados. Eu sei, por exemplo, que o Estado, o maior recebedor, é São Paulo, com quase 1 bilhão de investimentos em obras de infraestrutura do Ministério do Turismo. Eu sei o volume investido no Ceará, por exemplo, que é o segundo Estado que mais recebeu recursos de infraestrutura do Ministério do Turismo. Até para que tenhamos a informação, para a gestão, e possa ir contemplando obras de forma diferenciada, de maneira a minimizar as desigualdades regionais, um dos objetivos da atuação do Ministério do Turismo.

Eu consigo acompanhar esse volume de recursos também repassado para cada uma das UFs; o percentual liberado ali via execução física para cada uma dessas UFs. Uma informação importante: tenho aqui o percentual de Municípios que já foram contemplados dentro daquela UFs, então, sei como está distribuído o recurso dentro de cada uma dessas UFs e posso, inclusive, mergulhar a informação para qualquer um dos Estados. Então, vou entrar em alguns dos Estados aqui. Tenho, por exemplo, no Estado de São Paulo, a situação financeira: quanto já foi repassado para o Ministério do Turismo para esse Estado; quanto já liberado; quanto a liberar ainda; quanto apto para pagar naquele Estado; o número de contratos — no caso desse Estado, 2.487 já contratos, só 57 deles com cláusula, 1.440 já concluídos, 989 em execução. Tenho o panorama da execução física das obras naquele Estado e a lista de cada um dos contratos. Então, eu posso acompanhar cada um dos contratos. Aqui, tenho uma lista extensa. Para cada um desses contratos, eu tenho aqui, já numa tela inicial, o número da proposta, o ano, o Município atendido, qual foi o objeto, o valor desse repasse, a situação (se está atrasada, se está concluída, se está em execução); se é emenda, eu consigo saber, inclusive, se é de bancada, se é individual, quem foi o Parlamentar que apresentou essa emenda, para que possamos fazer um gerenciamento mais detalhado. Em qualquer eventualidade, em qualquer necessidade de acompanhar a informação, clico ali, na reunião com o Parlamentar, na reunião com o gestor local, na reunião



com a Caixa, para a solução de um problema; entro direto naquela informação e tenho todo o detalhamento individual da obra como vimos inicialmente.

Bom, o sistema nos permite também algumas ferramentas — e aqui, nesse caso, ferramentas de busca. Eu poderia buscar, desde o ano, por UF, por Município, por Parlamentar que alocou a emenda, por Estados, de cada um dos contratos. Então, tenho ferramentas de busca que o sistema nos permite; da mesma forma que tenho geração de relatórios dinâmicos. Posso gerar um relatório e escolher a informação que eu quero. Posso escolher, por exemplo, se quero a informação por contrato, por situação, por tomador e as informações (se entidades financeiras, se são entidades físicas, de prestações de contas), que eu quero para cada uma dessas obras.

Outro relatório também muito importante é o relatório de aptos a pagar. Então, a cada intervalo, vou lá, olho quais são os contratos que já estão aptos para pagamento, a fim de que eu repasse esse recurso para a Caixa Econômica fazer o pagamento. Então, se a obra já foi medida, se tenho recursos a pagar, já recebo informações de apto a pagar e aloco esse recurso, transfiro esse recurso de ordem bancária para a Caixa Econômica Federal.

Eu queria complementar duas informações importantes. A primeira é que esse sistema já foi objeto de atenção da Casa Civil. A Casa Civil já pediu que compartilhássemos o sistema. Então, hoje, já temos sistema compartilhado com a Casa Civil, que faz, através dele, o gerenciamento de contratos de repasse via Caixa Econômica com mais quatro Ministérios. Hoje, a Casa Civil gerencia as obras do Ministério da Cultura, do Esporte, das Cidades, nos contratos de repasse, mais o Turismo, através do sistema, igual já tem lá na sala de situação da Casa Civil, esse gerenciamento e já está em implantação mais esse acompanhamento de contratos de repasses celebrados também com o Ministério do Trabalho e Emprego e com o Ministério das Comunicações.

Outro aspecto importante também é que já compartilhamos esse sistema hoje com os órgãos de controle. Os órgãos de controle têm acesso a esse sistema, então eles já conseguem acompanhar, em tempo real, cada uma dessas obras, de forma a darmos transparência a isso. Inclusive o edital, o Ministério, já a partir da utilização do sistema.



E, por último, outro esforço que o Ministério do Turismo vem fazendo no sentido de dar transparência à execução e à alocação do recurso é a disponibilização de um módulo de informação do (*ininteligível*) para a sociedade. Então, no portal do Ministério do Turismo há um *link* para o sistema. Então, qualquer cidadão hoje entra no *site* do Ministério do Turismo, na Intranet, entra no *link* do sistema e vai poder consultar as obras que estão em seu Município. Consegue saber das obras totais no seu Município, da situação de cada uma dessas obras e acompanhar, para cada uma dessas obras no Município, o que o Ministério do Turismo vem fazendo.

Essa é a tela inicial. Vemos que hoje o Ministério do Turismo tem algo da ordem de 8,5 bilhões de recursos. É a diferença do sistema que gerenciamos. Aqui mostro para o cidadão todos, inclusive os contratos que foram cancelados no seu Município, o número de Município contemplados. O Ministério do Turismo tem obras de infraestrutura, contratos contemplados em 4.456 Municípios, em mais de 80% dos Municípios brasileiros. Vemos o esforço todo para contemplar o maior numero de Município e para interiorizar o turismo Brasil afora e para que o turismo sirva também como instrumento de redução das distorções das igualdades regionais e a quantidade de contratos — cerca de 18 mil contratos. O cidadão consegue ter essa informação e pesquisar por ano, por UF, por Município, cada um dos contratos, ou seja, ter as informações da obra no seu Município.

Deputado, mais uma vez, eu quero agradecer pelo esforço do Ministério do Turismo para dar eficiência, eficácia e transparência ao gasto público. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Obedecendo à sistemática adotada pelo Presidente da Comissão, Deputado Edinho Bez, que, por força de um compromisso, se retirou momentaneamente, passaremos a palavra ao Sr. Pablo Pinheiro, para que possa fazer a sua exposição. Em seguida, passaremos à fase dos debates.

O SR. PABLO WANZELLER PINHEIRO - Sr. Presidente, em nome da Ministra Tereza Campello, o MDS agradece o convite desta Comissão para debater esse importante tema. Parabenizamos o Ministério do Turismo, em nome do Diretor Ítalo, pelo brilhante trabalho desenvolvido.



Agora, podemos mostrar um pouco o trabalho desenvolvido no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no que tange ao acompanhamento dos contratos de repasse.

Vou fazer um breve histórico.

(Segue-se exibição de imagens.)

De 2004 a 2008, tínhamos um baixo nível de execução e efetividade das nossas obras. Os problemas eram diversos: não havia projeto padrão, os Municípios não conseguiam apresentar os projetos básicos e as documentações mais simplórias. Nesse sentido, o Ministério procurou ferramentas, facilitadores para dar efetividade e certo nível de boa execução aos nossos projetos.

A primeira etapa foi a contratação da Caixa como instituição mandatária do Ministério. O nosso Ministério é novo, tem poucos servidores, não temos a capilaridade que a Caixa possui, e, realmente, esse auxílio da Caixa Econômica Federal lá no Município, indo *in loco* na obra, tem nos dado grande auxílio.

A segunda etapa foi a elaboração de projetos padrão arquitetônico, porque grande parte dos problemas que ocorriam eram impropriedades nos projetos. Para se ter noção, havia projetos que eram encaminhados 15 vezes ao Ministério para análise. Muitas vezes não eram aprovados.

Elaboramos para os nossos principais objetos, a construção de CRAS e CREAS, o projeto padrão em conformidade com o Decreto nº 6.170; e também, para facilitar um pouco a vida dos Municípios, modelos de documentação, guias e manuais; e para facilitar para os Municípios, o percentual, a taxa cobrada pela Caixa para a execução do serviço, o Ministério tem efetuado o pagamento dos 2,5%.

No nosso Ministério, o MDS, temos as seguintes ferramentas de controle. Os recursos disponíveis do MDS são pactuados na comissão intergestores tripartite. No caso, este ano, temos em torno de cem milhões de reais para a construção de CRAS. Deliberam-se, na comissão de intergestores tripartite, critérios, não apontando nome de Municípios ou Estados, e, com base nesses critérios, obtemos uma lista de Municípios aptos a apresentar propostas para a construção dos CRAS e CREAS.



Dessa comissão participam Municípios, Secretários Estaduais e a União. Criamos dentro do Fundo Nacional de Assistência Social uma coordenação somente para acompanhamento da execução de convênios e contratos de repasse.

Estamos muito felizes com essa coordenação porque tempestivamente estamos conseguindo detectar impropriedades ou irregularidades. Então, num caso hipotético, no nosso acompanhamento, caso o Município não tenha licitado 6 meses depois do repasse, o Ministério entra efetivamente em contato com ele para saber o que está acontecendo.

Logo depois que recebemos informação da Caixa Econômica Federal de que a obra está concluída, a Coordenação de Acompanhamento da Execução solicita o imediato encaminhamento do memorial fotográfico da obra.

Temos o acompanhamento *in loco* pela Caixa Econômica Federal e também adotamos fiscalizações regulares dentro do Ministério, além dos próprios sorteios da CGU.

Como ferramentas de controle social no nosso Ministério, o MDS, a principal seria o controle pelos Conselhos Municipais e Estaduais de Assistência Social. Todos os Conselhos, quando o Município recebe a obra, são obrigados a se manifestar: se aprova ou não o objeto.

Também nessa parte de acesso livre do SICONV, temos muitas informações. Qualquer cidadão poderá efetuar a consulta independente de senha. O usuário poderá obter informação sobre a execução do convênio ou do contrato de repasse, pareceres, diligências, além de todas as documentações digitalizadas. Então, o contrato que o Município, que o Prefeito celebrou com a Caixa Econômica Federal, notas fiscais, memorial fotográfico, tudo é lançado no SICONV.

Temos, por exemplo, este caso do Município de Cássia, em Minas Gerais. O contrato da Caixa está lançado aqui embaixo, digitalizado. Qualquer cidadão tem acesso a essa informação, pode acompanhar a prestação de contas, a situação do contrato, relatórios de execução pelo Município, todo o processo de compras. Tudo isso está disponível para qualquer cidadão, é uma ferramenta ainda pouco conhecida.

A outra ferramenta de controle social que temos disponível é justamente o Portal da Transparência. Pegando o mesmo exemplo, do Município de Cássia,



temos o valor do convênio, o valor liberado, a vigência, a publicação e a situação do contrato. Aqui temos dois exemplos práticos que recentemente aconteceram lá no Ministério: um novo gestor municipal veio nos questionar, desesperado, porque o seu antecessor havia sumido com toda a documentação do Município. Então, não havia como ele prestar contas, ele não sabia quantos convênios o Município havia celebrado. Esse foi o caminho que lhe ensinei, porque com esse caminho, conseguimos verificar quantos e quais convênios o ente federado celebrou com a União, uma série histórica muito longa — achei convênios de 1980. Realmente é bem eficaz.

Outra situação que me chamou a atenção nessa questão no Portal da Transparência recentemente refere-se a esses movimentos sociais que verificamos agora, quando uma médica no Paraná, uma amiga, estava indignada porque não havia a construção de hospital no seu Município. Eu, como bom curioso, fui ao Portal da Transparência tentar identificar algum convênio para construção de hospital naquele Município. Verifiquei, e havia, de fato, uma ordem bancária de 16 milhões de reais para construção de um hospital. No outro dia, conversei com ela, que foi até o local da obra, e realmente o hospital estava em início de construção.

Outra ferramenta disponível para todos os cidadãos é o próprio acompanhamento da Caixa. Pegando o mesmo exemplo do Município de Cássia, temos a situação da obra, a data da última medição, o valor financiado e o valor liberado. Essa é outra situação do MDS: nós não parcelamos o valor do repasse. A partir do momento em que a Caixa fez a medição, o projeto de engenharia está aprovado, o MDS efetiva o pagamento integral da obra, e a Caixa Econômica Federal vai monitorando a obra, e, conforme as medições, vai desbloqueando recurso da conta bancária.

Por último, uma ferramenta nova, por iniciativa do próprio Governo Federal: disponibilização da base de dados do SICONV para entusiastas, pesquisadores e sociedade como um todo.

Temos um quadro resumo — nem se compara ao volume de contrações do Ministério do Turismo. De 2009 a 2012, temos 829 contratações, sendo que 171 estão conclusas, 248 estão em execução e 410 estão em cláusulas suspensivas. Essas 410 são justamente as que contratamos no ano passado. Então, realmente,



com todas as atitudes que o Ministério tem tomado, temos conseguido dar efetividade às nossas obras.

No final, coloco-me à disposição para as dúvidas que surgirem.

Obrigado.

Sr. Presidente, eu também gostaria de parabenizar o sistema do Ministério do Turismo, que realmente, no que tange ao acompanhamento das execuções, das contratações, demonstrou, pela apresentação, ser bastante efetivo. Inclusive, depois, poderíamos conversar para evoluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Iniciamos por agradecer pela exposição, ao tempo em que temos o dever de reconhecer os avanços tecnológicos que os Ministérios, em especial os dois Ministérios presentes, têm desenvolvido. E nós sabemos a que custo conseguem evoluir, colocando-se à disposição, não só dos órgãos de controle, mas do Estado brasileiro como um todo, principalmente do cidadão, o principal interessado, o destinatário dessas ações, acompanhar todas essas ações em tempo real.

Todavia, nós que aqui estamos como Deputados e que apresentamos emendas nos Ministérios que operam com a Caixa, somos sabedores, porque sofremos isso na ponta — e quando eu digo que sofremos é porque nós acompanhamos e participamos desse processo do começo ao final — e aqui eu quero começar perguntando ao Ministério do Turismo sobre um gargalo que, às vezes, é quase intransponível, que se chama Caixa Econômica.

Nos Estados, especialmente em Roraima, que é o meu Estado, é notório que a Caixa entrou numa concorrência com o Banco do Brasil em todas as áreas. Mas sabemos que a Caixa não tem a estrutura que tem o Banco do Brasil, até mesmo pela dimensão das duas instituições. Em Roraima, e creio que no resto dos Estados, a Caixa, com essa filosofia adotada ultimamente de uma política mais agressiva de mercado, tem aberto inúmeras agências, mas não tem feito a devida contratação de pessoal para suprir as necessidades. O que vimos em Roraima é a Caixa com agências para todos os lados, mas sem servidores. Um projeto chega à Caixa e aí é um Deus nos acuda: não há engenheiros, não há arquitetos, não há assistentes sociais para fazer a verificação. Quando se trata do Minha Casa, Minha Vida, o



empreiteiro apresenta um boletim de medição e a Caixa demora 30, 40 dias para fazer a aferição.

Eu acho exagerado aquele número de obras com pendências, que vi aqui na exposição do último orador — praticamente 50% das obras do Ministério estão com cláusulas suspensivas. Então, eu pergunto aos dois Ministérios o que está sendo feito para vencer esse obstáculo.

Somam-se a isso, ainda, inúmeras regrinhas que a Caixa vai criando ao longo da execução da obra. Eu cito como exemplo a execução de obras de eletrificação rural. Quando eu faço a emenda pelo Projeto Calha Norte, o Projeto exige da Prefeitura uma licença ambiental de toda obra. Quando a emenda vai pelo Ministério da Agricultura, que vai para Caixa, aí a Caixa — aqui a gente está levando a coisa muito para a Caixa, mas eu acho que é oportuna esta discussão —, além de exigir do Município essa licença, passa a exigir uma licença individual ao longo da rede: para cada subestação que é montada ela quer uma licença individual. Quer dizer, se eu faço uma rede de 50 quilômetros, com 200 pequenos produtores da agricultura familiar, eu tenho que ter 200 licenças ambientais individuais. Quando essas licenças são de competência do INCRA, eu posso largar a emenda de mão, posso abandonar o projeto, porque não vai para frente.

Então, eu pergunto: os Ministérios têm consciência de que há essa dificuldade lá na ponta? Eu gostaria de ouvir o Ministério do Turismo, principalmente, porque é, de longe, o Ministério, aqui, com o maior volume de obras e de recursos via Caixa Econômica.

O SR. ÍTALO OLIVEIRA MENDES - Obrigado, Deputado.

Os nossos esforços para qualificar a execução das obras no Ministério do Turismo têm duas frentes: a primeira frente é a qualificação dos tomadores, que geralmente são os Municípios. Então, a gente vem fazendo uma gestão mais próxima, para qualificar essa atuação. De que forma? Com três olhares. Estamos exatamente no meio desse esforço de diagnóstico, de caracterização de todas as regiões turísticas brasileiras — é exatamente a atualização do mapa das regiões turísticas —, mas com enfoque sempre em ensinar todo mundo a fazer. Então, é também fazer esse esforço de entender que é obrigação da gestão pública ensinar todos a terem acesso a esses recursos, qualificar esses gestores.



O segundo é esse olhar de pagar um conjunto de investimentos. E, nesse sentido, o Ministério do Turismo não só vem pagando as obras, mas começou a fazer o esforço também de não só ter projetos padrão, de não só criar manuais para esses processos, mas também de pagar os projetos. Então, a gente vem fazendo editais de seleção de projetos para qualificar os projetos e minimizar esse problema.

O terceiro olhar diz respeito à premiação das boas práticas, para que sirvam de exemplo, de *benchmarking*, para que eu consiga enxergar por que no Município do meu vizinho funciona e o meu está atrasado, para que eu consiga fazer essa cópia inteligente.

O segundo lado disso é essa gestão mais próxima com a Caixa Econômica. Não obstante outras parcerias que podem vir a ser conduzidas — e o Ministério já faz esse tipo de discussão, por exemplo, com o Banco do Brasil, para estender também para aquela instituição —, hoje, com todas as limitações que a gente sabe que qualquer instituição pública tem, por exemplo, na contratação de pessoal — e sei que a Caixa já se comprometeu com a gente e está com processo seletivo aberto para aumentar o número de gestores para o próximo exercício —, a gente conta com essa rede, que é muito ampla, tem uma capilaridade muito maior do que o Ministério do Turismo. Ter essa parceria com a Caixa é fundamental para que a gente garanta a execução dessas obras.

Com esse conjunto de informações em que conseguimos avançar, conseguimos fazer uma gestão mais próxima da Caixa. Então, eu tenho, por um lado, o gestor local, que me fala assim: “*Bom, eu tenho a obra concluída*”, ou “*Eu já fiz a medição e não recebi ainda*”. Ou o Parlamentar fala assim: “*Eu aloquei a emenda e a obra não foi iniciada ainda*”. E eu tenho informação em tempo real: olho no sistema e vejo qual é o problema; se aquela obra já está medida. Se o repasse pode ser feito, provavelmente, faço esse repasse automaticamente e consigo, para cada um dos casos, fazer uma gestão mais próxima com a Caixa Econômica.

Então, se eu estou tendo um problema com a Caixa Econômica, eventualmente, no Estado de Roraima, eu consigo acompanhar no sistema. Se eu tenho a obra já medida e não paga, eu vou ligar para a Caixa, para aquele gestor local, e falar assim: “*Eu tenho hoje um conjunto de tais e tais obras que já foram medidas e que não foram pagas ainda, e o recurso está na Caixa*”. Ou, se o recurso



está com a gente, a Caixa não pode falar mais que o recurso está comigo: “*Está comigo? Então, estou repassando o recurso agora; a ordem bancária está indo*”. Consigo fazer essa gestão mais eficaz de cada uma das obras.

Se, por um lado, há um esforço para qualificar os gestores, por outro lado, ter essa informação para a tomada de decisão nos permite, hoje, fazer uma gestão muito mais próxima, seja dos Parlamentares, seja dos gestores locais, mas, sobretudo, da Caixa Econômica, que é, hoje, nosso grande parceiro na execução de contratos de repasse, de obras de infraestrutura, para que consigamos gerenciar e garantir a execução.

Vemos ali, hoje, quando olhamos o histórico, que há muito pouca obra com cláusula, quando eu olho o montante inteiro. Eu tenho muito pouca obra em que tenho problema com tomada de conta especial. A maioria, na realidade, é de obras que eu tenho hoje em execução, e nós sabemos que obras de infraestrutura realmente demoram. Eu tenho obra ali que vão levar, em média, 4 anos, 5 anos, desde a celebração do contrato até a conclusão, mas eu tenho quase todas essas obras com contratos regulares. Tanto entre as obras em execução quanto entre as obras concluídas, há muito poucas com tomada de conta especial; a grande maioria está com prestação de contas regular.

O SR. PABLO WANZELLER PINHEIRO - Sr. Presidente, no que tange ao MDS, nós verificamos que algumas regionais da Caixa têm, de fato, uma quantidade imensa de Municípios a atenderem e outras estão com uma situação mais tranquila de atendimento. Mas, para que essa situação seja minorada, de certa forma, nós elaboramos o projeto padrão para os nossos dois principais objetos.

Esse projeto padrão foi remetido à Caixa Econômica Federal. Então, a Caixa Econômica Federal tem conhecimento de que esse é um projeto pré-aprovado pelo Ministério. Inclusive, nós remetemos à Caixa e a todos os Municípios a arte, e, aos Municípios, o arquivo DWG, que é o arquivo de AutoCAD. Então, nós já auxiliamos os Municípios nesse principal ponto, que é a questão do projeto de engenharia.

Fora isso, eu observo que os 50% e esses que estão em cláusula suspensiva são justamente as contratações que foram realizadas em dezembro de 2012. Então, além de mandar o projeto padrão para o Município, nós estamos chamando as representações dos Estados aqui em Brasília para passar toda a listagem de



Municípios que estão com cláusula suspensiva. Também temos feito uma gestão com os Municípios: encaminhamos mais de cinco ofícios por contratação, relatando a situação de cláusula suspensiva e colocando o Ministério à disposição.

Então, nós temos feito um esforço para reduzir a quantidade de projetos com cláusulas suspensivas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Bem, nós entendemos que uma das alternativas para, quem sabe, desafogar um pouco esse gargalo, que não me parece... Eu entendo a maneira polida como os senhores tratam a questão com a Caixa, mesmo porque a Caixa é imprescindível para o Governo Federal alcançar os Municípios, mas eu entendo que os Ministérios precisam começar a fazer um trabalho junto à Caixa, porque ela não faz isso de graça; ela desconta um percentual — que eu diria ser até razoável — de cada real que ela administra, e é preciso nós... Não sei se no Brasil inteiro, mas, pelo menos na Amazônia, a Caixa é, sim, um gargalo que precisa ser melhorado.

Há outra questão. Eu entendo que nem todas as obras podem ser padrão, mas o Ministério da Educação, o Ministério do Esporte e o Ministério da Saúde, hoje, já desenvolveram alguns projetos de engenharia que facilitam muito, porque um dos gargalos é justamente o que o senhor citou: há projetos que vão e voltam 15 vezes. Às vezes, por conta de uma maçaneta de porta, o engenheiro ou o arquiteto manda de volta o bendito projeto, e lá se vão mais 60 dias, 90 dias, 6 meses discutindo detalhes.

A diversidade de infraestrutura que temos que alcançar, certamente, não permite que nós padronizemos tudo, mas seria uma saída interessante, também para o Ministério do Turismo, que não tem adotado esse tipo de projeto, mesmo porque trabalha em uma área muito mais diversificada.

Quando o senhor falou sobre o SIACON... É SIACON?

O SR. ÍTALO OLIVEIRA MENDES - SIACOR.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - SIACOR, isso. Eu vi quando o senhor clicou ali, e apareceu, para o cidadão acessar, um pedido de senha. O acesso é sempre assim, ou é livre, como no sistema do MDS?

O SR. ÍTALO OLIVEIRA MENDES - No caso do SIACOR, eu tenho dois módulos. Há aquele primeiro módulo que apareceu ali, que exige senha, que é o



módulo em que o gestor vai entrar, que os órgãos de controle têm senha e acessam hoje também. Mas eu tenho hoje, disponível, na página do Ministério do Turismo, todo aquele conjunto de obras para que o cidadão possa consultar sem senha.

Então, o cidadão entra no site do Ministério do Turismo, na Internet — www.turismo.gov.br —; há ali um link para o SIACOR — Sistema de Acompanhamento dos Contratos de Repasse. Está lá “clique aqui”. Ele clica e pode consultar as obras. Pode fazer o filtro por UF, por Municípios, por ano. Pode ver a situação da obra. Ele consegue ter acesso a todas as informações dos contratos do Município dele, inclusive contratos eventualmente cancelados. Deixamos todos disponíveis, até para ele saber que houve aquele contrato e foi cancelado. Portanto, todas as informações estão abertas para o cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Não havendo outros Deputados que queiram se manifestar neste debate, nós passamos a palavra ao representante do Ministério do Turismo, para, se assim desejar, fazer as suas considerações finais.

O SR. ÍTALO OLIVEIRA MENDES - Obrigado, Deputado.

Mais que tudo, eu gostaria, em nome do Ministério do Turismo, de agradecer a oportunidade.

Nós temos feito um esforço muito grande no Ministério do Turismo para, cada vez mais, dar excelência à gestão pública, dar transparência para o gasto realizado pelo Ministério do Turismo, dar eficiência para a alocação desse recurso.

Quero parabenizar o colega do Ministério do Desenvolvimento Social pelo trabalho que eles vêm realizando, também, nesse mesmo sentido.

Por fim, quero colocar o Ministério do Turismo à disposição, não só desta Casa, para que nós acompanhemos. Muitas dessas obras de infraestrutura são oriundas de recursos alocados pelos senhores, que têm uma atuação importante tanto na adequação da infraestrutura turística do País quanto na recuperação dos atrativos turísticos, na revitalização dos atrativos turísticos, assim como os próprios gestores locais ou o cidadão, que consegue cada vez mais ter essa aproximação com a gestão pública.

Então, eu coloco o Ministério do Turismo à disposição e agradeço a oportunidade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Antes de ouvirmos o Dr. Pablo Pinheiro, eu gostaria ainda de fazer uma referência, Dr. Ítalo.

Eu relatei recentemente, nesta Casa, uma PEC que — eu diria que de maneira equivocada — foi denominada PEC do Orçamento Impositivo. Nós entendemos que, sendo aprovada pelo Senado e entrando em vigor essa emenda, nós teremos que nos adaptar de maneira muito rápida a um novo modelo de trabalho com as emendas individuais que saem desta Casa.

Eu pergunto, ainda, ao Dr. Ítalo se o Ministério do Turismo acompanhou esse debate; se isso foi fruto de estudos ou de acompanhamento pelo Ministério, porque, daqui para frente, se for aprovada como está, nós não teremos mais esse negócio de obras com 2 anos, 3 anos para começar. O Deputado terá que aprender a fazer emendas; os Prefeitos terão que aprender a executá-las e montar uma equipe para que os projetos sejam elaborados de forma criteriosa, de forma correta e em tempo hábil; a Caixa terá que se virar para resolver o problema dela; e, por conseguinte, o Ministério também não terá a elasticidade de tempo — às vezes, indefinido — para empenhar, para analisar, quando for o caso, os projetos que forem apresentados. Então, nós teremos, daqui para frente, uma situação em que o tempo será muito exíguo.

O SR. ÍTALO OLIVEIRA MENDES - Nós temos acompanhado, sim, com extremo interesse, a tramitação dessa PEC, até porque não é segredo para ninguém que o Orçamento do Ministério do Turismo é constituído, em sua maioria, por emendas, que representam uma alocação importante de complementação de recursos para a concretização das obras de desenvolvimento turístico no País.

Hoje, se nós formos olhar o conjunto de obras do Ministério, veremos que temos um conjunto de obras muito pequenas. O Ministério tem mantido uma execução de aproximadamente 98% ao longo dos últimos anos. Se olharmos especificamente as obras de infraestrutura, veremos que nós temos o que poderíamos chamar de um índice de sucesso muito grande: daqueles 15 mil contratos que nós vimos, eu já tenho hoje 9.500 concluídos. Se eu for olhar contratos em cláusula, eu tenho 5%. São 700 contratos, em um universo de 15 mil. E há poucas obras não iniciadas. Eu tenho 1.366 obras não iniciadas, que são exatamente as obras recentes.



As obras eventualmente atrasam, mas não mais pelo trâmite. Desde setembro de 2011, além dessa atuação de monitoramento eficaz do sistema, nós procuramos também adequar as regras. Então, há uma portaria, a Portaria nº 112, de setembro de 2011, que procurou estabelecer prazos para análise, prazos de tramitação dentro do Ministério do Turismo, critérios para seleção de propostas, ali no Ministério do Turismo. Então, essa tramitação tem sido mais célere no Ministério do Turismo.

O índice de sucesso, sobretudo quando estamos falando em obra de infraestrutura, é muito grande, quando comparamos os números do universo total de contratos e vemos quantos deles foram celebrados e quantos foram cancelados e, desses celebrados, quantas obras foram concluídas, quantas estão em execução. E, aí, eu vejo muito poucas obras com cláusula ou em execução.

E o que nós queremos fazer é, cada vez mais — e por isso as ferramentas são importantes —, aprimorar essa gestão, a execução dessas emendas, porque elas representam uma complementação importante, hoje, na composição orçamentária do Ministério do Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Em que pese o representante do Ministério do Turismo já ter efetuado as suas considerações, o Dr. Eduardo, do TCU, pediu para fazer uma intervenção.

Fique à vontade.

O SR. EDUARDO RODOVALHO - Bom dia a todos.

Eu trabalhei em um projeto, um levantamento que foi feito, um contrato de repasse, com o Ministério do Turismo há uns 2 anos. Tudo o que o senhor falou foi constatado nesse levantamento. Nós tínhamos um volume de recursos de 8 bilhões, mais ou menos, e quase 50%, ou seja, 47% das obras, não tinham sido iniciadas; estavam sujeitas a cláusula suspensiva. Então, até com o sistema nós temos que tomar cuidado.

Depois eu vou ver com o colega, porque o próprio SICONV traz as informações “situação contratual”, traz “em cláusula suspensiva” e, ao mesmo tempo, traz embaixo, no SICONV, que está em execução. Mas o que está em execução ali é o contrato. A obra não se iniciou. Quando olhamos esse ponto, “em execução”, pensamos que a obra está executada, mas não é verdade.



Então, no caso que o senhor falou, em termos, assim, da experiência que nós adquirimos, há três pontos muito importantes.

Na gestão dos Ministérios, é preciso melhorar o intercâmbio com o Município. Nós constatamos que a maioria dos Municípios tem dificuldade na elaboração do projeto.

Ao mesmo tempo, em relação à Caixa Econômica, o que acontece? Há uma legislação, os contratos são firmados, e a Caixa coloca o prazo em que vai analisá-los, coloca o prazo em que se pode apresentar o projeto — o que exige a licença ambiental, a comprovação da posse, como o senhor falou, que há muita dificuldade para se obter —, que são 8 meses. O que se pode mudar é a legislação, de modo a alterar o modelo de contrato e estabelecer um prazo menor para a Caixa analisar. Isso vai forçá-los a arrumar pessoal ou a alocar pessoas para fazer esse trabalho em tempo hábil, porque ela está fazendo dentro de um tempo que está no contrato. Então, ela está confortável; tem um conforto enorme nisso.

Portanto, é preciso mudar a legislação e a forma de contratar também.

Na época, eu lembro que a nossa equipe não entendia por que se brigava tanto por causa das emendas — porque 79% dos recursos eram de emendas e estavam em Restos a Pagar —, e os recursos ficavam passando de Restos a Pagar, no Orçamento, sem ser utilizados — e o Brasil precisa muito de recursos. Eles ficavam passando de ano pra ano, até o tempo em que o Tribunal determinou que fosse feito diferente, e eles começaram a cancelar os contratos. Foram milhares de contratos que foram cancelados.

Então, nós vimos que o problema está nas três esferas: com a mandatária; com os gestores — no caso, os Ministérios — e na ponta.

Nós achamos que deveria haver algum treinamento, alguma coisa institucionalizada, para ajudar os Prefeitos, talvez através de pessoas concursadas que trabalham nas Prefeituras, no Município. Deveria haver um treinamento para elas entenderem como funciona essa sistemática do contrato de repasse, já que ele é um avanço em relação ao convênio. Só que há muito problema.

Eu queria, para terminar, mostrar só um exemplo. O Ministério do Turismo, hoje, tem os contratos que estão na matriz de responsabilidade da Copa, relativos à Copa, que são: acessibilidade, construção de centros de atendimento ao turista e



sinalização turística nas cidades que vão ser sede e nos seus arredores — inclusive o Distrito Federal — que têm atrativos turísticos.

Desses contratos, mais ou menos 90% não estão em execução. E os que estão em execução não foram iniciados, embora estejam aptos a ser iniciados. E a Copa é no meio do ano. Esses contratos foram, na sua maioria, assinados em dezembro. E são grandes Municípios, são Prefeituras de capitais que estão com esses problemas. O senhor falou da Região Norte. Imaginem como deve estar lá, porque agora estamos falando de regiões grandes, que têm um aparato muito grande, e têm tido dificuldades.

Era isso que eu queria falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Só complementando o que o Dr. Eduardo acaba de falar, se os grandes Municípios estão nessa situação, imaginem os pequenos Municípios, que, às vezes, não têm nem Internet. Infelizmente, esta é a nossa realidade. O Governo até hoje não usou da força e do direito que tem de exigir das companhias prestadoras de serviço nessa área que sirvam, sobretudo, aos pequenos Municípios perdidos na Amazônia. Nós temos Municípios que passam meses sem sinal de Internet; meses. E, tudo, hoje é feito via Internet.

E eu aqui dou um exemplo do quanto essa questão é insustentável e inaceitável. O Município de Mucajaí, em Roraima — e eu gostaria que o Dr. Ítalo anotasse isso — tem um convênio assinado com o Ministério do Turismo, do qual foi liberada a primeira parcela há 3 anos, para a construção de um cenário, de uma praça para a apresentação de eventos, sobretudo da peça *A Paixão de Cristo*, que é apresentada naquele Município e é uma festa tradicional na Amazônia. Se tirássemos o boi de Parintins, essa seria a de maior atração.

Pois bem, essa obra foi iniciada, e a CGU detectou falhas no projeto. A obra parou há 3 anos. Há 1 milhão de reais depositados na Caixa, sem contar as correções que se somaram nesse período. A Caixa parece não se interessar, mesmo porque está com 1 milhão de reais no seu ativo, e a obra está lá, parada. E o Deputado autor da emenda é criticado, o Prefeito é criticado, a Caixa faz de conta que não é com ela — porque, aliás, nunca o problema é com a Caixa.



Com relação às emendas, uma das razões da criação da emenda impositiva é justamente isso, porque é notório que o Governo — e eu estou falando aqui como membro da base do Governo — tem usado dessas dificuldades que se vão criando ao longo do percurso justamente para diminuir o volume de recursos para fazer frente às emendas. Isso é notório; isso é visível.

Então, é preciso que nós encontremos uma solução urgente. A Caixa Econômica virou a maezona de tudo: de programas sociais diretos ao cidadão, do Programa Minha Casa, Minha Vida — que por si só é um gigante dentro desse processo. Praticamente ela é a gestora, hoje, de quase tudo o que o Brasil investe, e a Caixa não acompanhou esse ritmo. E eu acho que aí os Ministérios precisam começar a fazer pressão na ponta, porque, senão, nós vamos ficar com Ministério aqui com 40% ou mais de obras com cláusulas suspensivas, e eu tenho certeza de que, na grande maioria das vezes, o gargalo está lá na Caixa. Eu não tenho dúvida disso.

O nosso querido Presidente Edinho Bez retornou, e nós passamos a Presidência dos trabalhos ao nosso eficiente Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Primeiro, agradeço ao Deputado Edio Lopes, um dos Deputados atuantes desta Casa e, não diferentemente, nesta Comissão. E há um ingrediente a mais: faço questão de acrescentar que também somos amigos. Nesta Casa tem várias maneiras de você ir levando: se quiser bastante confusão, tem à vontade; se quiser fazer amigos também dá para fazer, e o Edio é um dos amigos que eu tenho e considero muito.

Obrigado também pela sua atenção. Já me disse o Pieri que o senhor fez algumas considerações importantes, aqui, que dizem respeito ao nosso dia a dia e, inclusive, ao de outras Comissões.

Consulto se há mais alguém que quer se manifestar.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Há uma pergunta a ser respondida, não? Quem fez a pergunta? Foi o Sr. Eduardo? Então, terão a palavra os dois expositores, da maneira que quiserem, para responderem à pergunta.

O SR. ÍTALO OLIVEIRA MENDES - Obrigado, Deputado.



Se me permite, quero fazer só uma consideração importante, para destacar a importância do que foi colocado pelo nosso colega do TCU sobre esse esforço de qualificação dos gestores, sobretudo dos gestores locais, para a celebração dos contratos de repasse, para a utilização desses recursos de infraestrutura do Ministério do Turismo.

Há um esforço constante de interlocução, mas, não obstante um esforço inicial que o Ministério do Turismo já realizou há 2 anos, com a realização de um curso de formação de gestores públicos em turismo, com o qual a gente qualificou, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, 3 mil gestores públicos — e um tema importante era essa qualificação para contrato de repasse, para a celebração de convênios —, esse continua sendo um esforço constante e objeto, hoje, do Programa de Regionalização do Turismo.

O Programa de Regionalização do Turismo não só tem uma dimensão de diagnóstico, de ordenamento territorial e da construção das políticas públicas de turismo, mas também vem com esse papel de qualificar o gestor para conseguir fazer isso — e neste caso eu estou me referindo especificamente às obras de infraestrutura no local.

Quero considerar também que nós fazemos o acompanhamento tanto dos contratos quanto das obras realizadas. Naquela tela inicial, nós temos tanto o número de contratos — por exemplo, o Ministério tem 6.179 contratos em execução e 726 em cláusula — quanto o número de obras. Posso olhar apenas para as obras, e, sob esse ponto de vista, posso dizer que 5.800 desses contratos estão em execução. Então, esses contratos já tiveram medição física e foram realizados.

Por último, quero fazer uma referência específica ao Município de Mucajaí, Deputado. Nós temos 5 contratos de repasse celebrados com o Município. Desses 5 contratos, 4 estão em execução. Um já está com 100% de execução; outro, com 99,99%. Portanto, há 2 contratos cuja execução está sendo finalizada. Só há 1 único contrato com menos de 80% de execução, que é o de 2010. Nesse, cerca de 20% está em execução ainda. E há aquele contrato que está em tomada de contas especial. Foi a esse contrato que V.Exa. fez referência. Podemos fazer uma análise específica no Ministério do Turismo e responder em que situação está esse contrato específico de Mucajaí.



É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - O senhor gostaria também... À vontade.

O SR. PABLO WANZELLER PINHEIRO - Dr. Eduardo, nós temos que lembrar o que é a evolução do SICONV. Lembrando os convênios, hoje o Prefeito não vem com aquele *kit* convênio. Antigamente, o Prefeito desembarcava aqui com caixas e caixas de documentos para entregar em cada Ministério. Hoje, há uma evolução, com o SICONV: os arquivos são digitais; as diligências são eletrônicas; as respostas são imediatas; o próprio órgão de controle pode acompanhar a execução, pode verificar todos os nossos pareceres, tudo o que o Município encaminha, a situação do contrato. Então, eu creio que, realmente, para a gestão, o acompanhamento, o controle, o SICONV foi uma grande evolução.

Com relação à cláusula suspensiva, ao menos nos convênios do MDS, nós temos verificado que, na verdade, o grande problema está nos gestores municipais e estaduais. No nosso caso, nós temos verificado essa situação, Deputado, pedindo escusas. Vou lhe dar um exemplo: para todos os nossos convênios que foram celebrados em dezembro, o Ministério encaminhou o projeto padrão, encaminhou o modelo de documentação. Passaram janeiro, fevereiro, março, abril. Só em maio os Municípios começaram a entregar a documentação na Caixa. Em maio! E os convênios foram celebrados em dezembro e, em dezembro mesmo, o Ministério notificou todos os contratantes — todos! —, encaminhou o projeto padrão e o modelo de documentação. O Município ou Estado só veio a se mexer e entregar a documentação na Caixa Econômica Federal em maio. Em alguns casos, ainda estou recebendo demandas de Municípios que querem saber onde entregar a documentação.

Então, é claro que o Ministério reconhece que, em alguns casos, realmente, algumas regionais da Caixa Econômica Federal têm uma demanda muito elevada. No entanto, nós estamos trabalhando para, com o projeto padrão, minimizar esses transtornos. Ele visa a agilizar esse processo.

Lembro também que para a Caixa Econômica Federal — não estou defendendo — não há interesse que um contrato não seja executado. Conforme o



contrato que os Ministérios celebram com a Caixa Econômica Federal, ela irá receber o recurso. Não é interesse dela que o contrato fique parado.

É claro que a cláusula suspensiva, hoje, conforme a Portaria Interministerial nº 507, é de 9 meses, prorrogáveis por mais 9 meses, mas isso não é de interesse da Caixa, nem interesse do Ministério. Por isso nós temos feito um trabalho efetivo, encaminhando ofícios, entrando em contato Município a Município.

Quando há problema com a Caixa Econômica Federal, eu tenho pedido aos Municípios que nos contatem, para eu mesmo ligar para a Regional — isso, no caso do MDS, que, é claro, é um universo muito menor do que o do Ministério do Turismo.

Também agradecemos, Presidente, em nome do MDS, o convite para participar desta reunião tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Nós também agradecemos.

Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

Antes eu gostaria de registrar, com satisfação, a presença de outro colega, inclusive de Comissão, o Deputado Manuel Rosa Necá.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Não quero fazer pingue-pongue, mas, quando nós dissemos que o problema está sempre na Caixa, há, sim, um grande número — às vezes, por omissão, às vezes por atraso dos Municípios. Mas o que nós verificamos, *in loco*, é que o processo chega e a Caixa devolve o projeto para o Município quando detecta a primeira ineficiência no projeto. Nós temos batido muito nisso, pois achamos que ela deveria analisar tudo e mandar todo o pacote de pendências que o Município precisa corrigir. No entanto, no primeiro problema que o arquiteto ou engenheiro acha, ele já manda o projeto de volta para o Município, sem analisar o restante. Aí vai para lá, o Prefeito corre para lá, corre para cá, leva de volta. Passa-se para o seguinte. Há outro erro. Manda-se o processo de volta. E assim vai. Quando ele chega ao final, a licença ambiental venceu. Aí ele manda para renovar a licença ambiental. E assim nós passamos o ano! O TCU disse isso aqui com muita clareza!

Então, o problema nunca é na Caixa. Se você olhar no SICONV, o problema nunca é na Caixa. A Caixa é uma santa, eficiente, faz tudo a tempo e a hora. Agora, nós, que estamos lá na ponta, sabemos como é essa corrida de barreiras que a



Caixa impõe aos pequenos Municípios. Isso precisa ser superado. Não pode ser assim.

Depois vem a questão das medições! A Caixa demora 40 dias para aferir um boletim de medição! Depois demora mais 60 para pagar! Na construção civil, o empreiteiro pequeno quebra. Para a obra, o funcionário dele vai para o Ministério do Trabalho, ele já não consegue tirar mais a certidão e acabou!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Indago ao nosso colega Manuel Rosa Necá se gostaria de se manifestar.

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Bom dia a todos. Sejam bem-vindos!

Sr. Presidente, no viés da fala do nosso companheiro, quero dizer que na Caixa, de fato, há um gargalo, e eu acho que o Governo tinha que se debruçar sobre isso.

Primeiro, há a dificuldade dos pequenos Municípios em ter quadros técnicos para efetivar esses projetos, por menores que sejam. Têm dificuldades. Onde é que você vai arrumar um profissional que tenha capacidade para melhorar esses projetos num Município que paga 7 mil reais para um Secretário? Não tem como!

Em contrapartida, os valores são pequenos. Quando o valor é alto, aí já há até o interesse das empreiteiras, que mandam, mesmo que tenha alguma coisa errada — não estou defendendo isso, não, mas acaba acontecendo de as próprias empreiteiras trabalharem esse projeto executivo, essa parte burocrática, porque os valores são significativos.

Mas, Sr. Presidente, eu sou do Município de Nilópolis, na Baixada Fluminense, cujo Orçamento anual é de 200 milhões. Um Secretário ganha 6 mil reais. Meu filho é Vice-Prefeito da cidade, e o salário dele é 7 mil reais, e ele ainda acumula o cargo com o de Secretário de Governo.

Eu não quero acreditar que a burocracia seja tão grande, tão grande, que não possa haver uma fórmula de resolver essa questão para os Municípios pequenos. Não falo dos Municípios das capitais. Com relação a esses está tudo bem, até porque o volume de dinheiro é muito grande e tem que haver amarras mesmo. Mas até o próprio TCU, nessas questões de Municípios pequenos, pobres, teria que arrumar uma fórmula — que teria que ser do Governo, em conjunto com o Tribunal,



com a Caixa — de azeitar esse processo, arrumá-lo, lubrificá-lo, para que os Municípios pudessem, de fato, ter acesso, o que acaba sendo uma falácia. “Ah! Tem verba, tem isso, tem aquilo!”, mas as coisas não acontecem. Infelizmente, essa é a realidade.

A Caixa é um gargalo? É um gargalo. Eu vou contar uma história para a gente rir. Eu vendi um imóvel para comprar outro imóvel, no fio do bigode. Eu não queria vender nada, mas vendi para comprar outro imóvel. Só que eu vendi, e o outro roeu as cordas, e eu fiquei com um cheque administrativo por 60 dias na minha mão — era um imóvel pequeno.

Eu fui 5 vezes à Caixa Econômica, da qual eu sou cliente, para tentar aplicar o dinheiro e não consegui. Rapaz! Era aquilo: “Vai para Fulano”. “Vai para Sicrano.” “Vai para Beltrano.” Você se exaspera, vira as costas e vai embora — porque eu não fui ali para pedir favor, não fui lá para tomar dinheiro. Um dia virei as costas e fui embora, e a gerente saiu correndo atrás de mim na escada. Eu disse: “Senhora, está tudo certo. Eu não quero mais”. Quase que eu rasguei o cheque administrativo de tanto ódio que eu estava.

Esse é um exemplo da burocracia — desculpem-me pelo termo — nojenta que existe na Caixa Econômica Federal.

Então, os senhores, que estão na ponta, nos Ministérios, têm que arrumar um instrumento para ajudar os Municípios pobres.

Repto: o Prefeito da minha cidade é uma pessoa preparada. Ele tem mestrado nisso, mestrado naquilo. Mas, coitado, é preparado, mas como vai fazer tudo sozinho? Os Secretários lá, a maior parte, aceitou o cargo para ajudar: “Olha, eu estou aqui para ajudar; não é pelo salário”.

Então, fica aqui o registro, Presidente. Leve isso para frente e se debruce sobre essa situação. “Temos dinheiro?” “Temos dinheiro.” “Temos orçamento?” “Temos orçamento.” Mas não se vai executar nunca o orçamento, se não se arrumar um *modus operandi* que ajude esses Municípios, porque eles não têm quadro, não têm pessoas preparadas para fazer um projeto no Executivo. Não têm! Eu acho que o Prefeito deveria trazer a demanda, e o próprio Ministério ajudar com o projeto executivo: “Olha, eu quero isso aqui”. Enfim, o Ministério deveria ter servidores que



fizessem o projeto do Executivo. É uma forma de ajudar. Se não for desse jeito, se ficar assim: ele falando, eu falando, o Presidente falando...

O Presidente é de um Município mais rico, não é de um Município pobre, mas a gente, que atua na Baixada Fluminense... Qual é o Município na Baixada Fluminense que paga um salário... Com exceção de Caixas, o resto dos Municípios paga um salário na faixa de 6 mil reais a 7 mil reais. Não tem como.

Fica aqui o registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos a manifestação do Deputado Manuel Rosa Necá, que também foi Prefeito de Nilópolis, no Rio de Janeiro, e por isso fala com propriedade.

Eu confesso que quando o Governador Luiz Henrique da Silveira ganhou as eleições, em 2002, ele havia me convidado para ser o Vice-Governador. E eu disse a ele que se fosse uma decisão do partido, eu iria, por ser disciplinado, mas que eu não gostaria de deixar a Câmara dos Deputados, primeiro, porque eu gosto daqui, e, depois, porque eu acho que posso colaborar com o Brasil e com Santa Catarina com o meu trabalho, como tantos colegas, como V.Exa., o Deputado Edio Lopes e tantos outros. Administramos e eu acabei indicando outro Vice-Governador, que continua no cargo até hoje, com a composição partidária.

Por que eu não quis? Por que eu, futuramente, não quero? Se nós não mudarmos, primeiro, a legislação, se não fizermos uma reforma política e eleitoral, não mudarmos a burocracia, essa questão do Poder Judiciário, dos promotores, que não têm sensibilidade, eu não quero ser Executivo nunca, a não ser por uma decisão partidária.

Eu já poderia ter sido Governador. Não fui porque entendo que ser Executivo, na atual situação que nós vivemos, com a burocracia, com muitos funcionários públicos... E eu costumo dizer que existe gente boa e ruim em todos os lugares; existem profissionais bons e ruins em todos os lugares; existem bons Deputados e alguns que, infelizmente, não correspondem às expectativas. Mas isso é no Brasil inteiro; é no mundo. Então, se nós não mudarmos isso...

Eu confesso que eu às vezes — eu não gosto de usar a expressão pena — fico admirado com aquelas pessoas que se tornam Prefeitos, Governadores, e a maioria responde a processo. Isso está errado! Se a maioria dos Prefeitos responde



a processo, a maioria dos Governadores responde a processo, a maioria dos Secretários de Estado responde a processo... Graças a Deus eu fui Secretário de Infraestrutura e não respondi a nenhum até hoje. Aliás nunca respondi a um processo na minha vida. Mas a maioria está respondendo.

Há Prefeitos e Governadores que respondem a 40 processos. Gente séria, gente de princípios. Por quê? Porque causa dessas coisas.

V.Exa. tem razão. É uma burocracia infernal. Inclusive, eu estou estudando — e vou contar com o apoio de V.Exa.; vou levantar isso mais para frente —, porque, por mim, eu fecharia 80% dos Ministérios aqui em Brasília. Eles não servem para nada. Isso é bobagem. Isso é enganação e Custo Brasil.

Por que eu tenho que fazer uma emenda aqui para construir uma creche lá em Santa Catarina, em Tubarão, Gravatá ou qualquer outro Município? Por que isso tem que passar pelo Ministério? Ninguém me convence disso. Se se definir a emenda com o Planejamento, com a Fazenda, liberam-se os recursos na hora, diretamente na conta da Prefeitura.

O que o Governo tem que ter é um planejamento para o País. O Governo tem que ter a Receita Federal, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, o Tesouro Nacional, o Banco Central. E o nosso papel é legislar. Esse dinheiro tem que ir direto para lá, com uma orientação daqui: o posto de saúde deve ser feito assim, com tantos metros quadrados e tal. E é problema do Prefeito executar a obra. Ninguém tem que se meter nisso. Aí, sim, o Governo teria que ter aqui uma parcela desse dinheiro que é gasto para, depois — obviamente que eu estou resumindo, porque teria que ter prazo para construção, prorrogável, se houver problema e tal — de pronta a obra, alguém daqui ir até lá ver se obra realmente foi feita. Nem caberá ao Ministério saber se eram 100 sacos de cimento e só usaram 80, se eram mil quilos de ferro e usaram menos. Esse não é nosso papel. Eu não fui eleito para isso, nem o Executivo. Esse é um papel dos Tribunais de Contas. Temos que passar a cobrar deles. Esse é um papel dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios, onde houver.

O acontece hoje é um desperdício de tempo. Às vezes não se consegue falar com o secretário do secretário do Ministro, o que nos irrita. Há menos de 15 dias eu não consegui falar com o Secretário, aí fui ao Ministro e disse: “Olha, não consegui



falar com o Secretário, por isso estou aqui. Poderia ter resolvido com o Secretário". Isso é burocracia!

A Caixa Econômica Federal, que eu conheço muito bem — são poucos os que a conhecem mais do que eu —, é uma instituição séria, uma instituição da qual eu tenho orgulho, assim como o Banco do Brasil, o Tribunal de Contas da União. Nós temos instituições que orgulham o nosso País.

Agora, essa vontade de querer resolver... Por exemplo, o Prefeito apresenta um projeto lá. O engenheiro elenca cinco exigências. Aí a Prefeitura cumpre as cinco exigências. Quando chega lá de volta, trocaram o engenheiro, e o outro diz que não era isso que se tinha de fazer. Cito aqui fatos concretos. E se alguém contesta, ele diz que a responsabilidade é dele, não do outro engenheiro. Sem falar da dificuldade que eles têm em face da quantidade de projetos. Existe o aspecto quantitativo também. Aí eu tenho que defender a Caixa. É preciso melhorar a estrutura da Caixa.

Mas o que eu mais sinto — nós que somos políticos temos sensibilidade — é a vontade de muitos funcionários — repito, não são todos, mas graças aos bons a coisa ainda funciona — em ajudar, em resolver o problema. E boa vontade é meio caminho em qualquer lugar do mundo para resolver problema.

Por exemplo: você falou sobre a Prefeitura da qual foram solicitados documentos, se não me engano, em dezembro, e só em maio... É verdade. Vamos ser francos. Está tudo errado. Nós temos que encontrar uma fórmula para acertar isso.

Outra coisa: você disse que o Secretário ganha 7 mil reais. Olha, está ganhando bem. Conheço Secretário que ganha 3 mil reais, em Prefeituras pequenas, em Municípios com 5 mil habitantes e que não têm a menor condição de pagar mais do que isso. E tem outro detalhe, que é o nosso trabalho aqui. Nós temos Prefeitos que se elegem porque são líderes na comunidade, pela sua história, pelos seus princípios, por sua convivência, por ser uma pessoa que ajuda a comunidade, etc. Mas, de repente, ele nem tem cultura, não tem conhecimento para resolver os problemas, e a estrutura da Prefeitura também é ineficiente para resolvê-los. Então, nós não podemos jogar a culpa só para o Ministério, só para o Secretário. A conjuntura nesse sentido faz com que todos nós passemos a odiar a burocracia. E ela tomou conta mesmo. É uma vergonha! É uma decepção!



Quero registrar a presença do Deputado Carlos Magno, que também foi autor do requerimento de realização desta audiência.

Quero dizer o seguinte: você acha, por exemplo, que lá no Município pequeno, que a gente sabe que não tem a estrutura suficiente... Nós nos elegemos Deputados. Por que eu tenho que ter aqui dentro, numa visão macro, alguém que entenda de engenharia, de técnica? Esse não é nosso papel. O nosso papel é colocar recurso no Orçamento para a Prefeitura receber. Mas se eu não tiver um craque no meu gabinete, se nós tivermos quem entenda disso, o recurso não sai! Eu desafio se sai. Eu estou na frente de dois Deputados e digo: não sai. Se não tivermos especialistas dentro dos nossos gabinetes, não sai. E, em vez de estarmos fazendo as leis, discutindo projetos com as várias questões que temos aqui, uma parte da nossa estrutura é para resolver problemas de Prefeitos, porque os Ministérios, os Secretários de Estados, os órgãos governamentais, as instituições democráticas não conseguem resolver os problemas. Por isso essa decepção total. Aí ganha quem age de má-fé. Se fosse mais fácil seria melhor.

Peguei um gancho, porque todos nós sentimos...

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - A impressão que fica, Sr. Presidente, sem querer lhe cortar, é que todos os Prefeitos do Brasil são desonestos. Já se parte dessa premissa. A minha ótica é essa. Já se gera uma desconfiança, não se liberam os recursos e tem que ter as amarras.

Isso está errado! Vamos confiar nos Prefeitos! A grande maioria são pessoas sérias, trabalhadoras e querem o melhor para a sua cidade. Botem o dinheiro na conta da Prefeitura; vai sair muito mais barato. Se derem ao Prefeito 1 milhão de reais para fazer creches, elas vão sair muito mais baratas do que com essas amarras, essa burocracia de vai para lá, vem para cá.

Sr. Presidente, eu sou um abençoado, porque eu fui Prefeito e não tenho processo nenhum, ou melhor, não tinha. Tive um. Acharam! O TCU achou um. Fez uma tomada de contas lá de um cidadão que foi Prefeito e foi buscar isso em 1993. A Secretaria de Saúde tinha prestado contas, faltou um documento, e eu fui citado. Eu disse: "*Meu Deus do céu! Eu estou perdido!*" Se você tem uma tomada de contas especial no TCU, você fica inelegível. E comecei a procurar o documento. Eu disse: "*O que é isso?*" E ninguém sabia informar. Fiz uma defesa enorme no TCU, esse



negócio todo. E disse: “*Estou perdido!*” Como é que eu, que fui Prefeito, saí da Prefeitura em 1996, vou achar um documento que faltou numa prestação de contas de 1993? Ainda bem que, no dia em que ia ser julgado aqui, eu fui lá. Falei com uma Ministra. Eu disse: “*Estou aqui preocupado*”. Ela disse para mim: “*Não se apoquente. Isso vai ser arquivado, porque também acho que isso é um absurdo*”. Ainda bem que havia uma Ministra de bom senso e mandou arquivar. Como é que eu, um cidadão que está fora da Prefeitura, e a Prefeitura nas mãos de pessoas que são oposição, que são meus adversários, que não iriam facilitar em nada a minha vida, poderia achar documentos de 1993? São 20 anos, gente!

Esse é um exemplo da burocracia. E não era coisa grave, não. Faltava um penduricalho numa prestação de contas. E lá ia eu ficar inelegível — porque os senhores sabem muito bem que quem tem problemas com tomada de contas fica inelegível —, fora da vida pública, por causa de um penduricalho numa prestação de contas de 1993.

Só para dar um exemplo, eu tenho que respeitar a inteligência de V.Exa. Se V.Exa. não quer ir para o Executivo, não vá, porque hoje o Executivo é isso. Por mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Repito, só irei por determinação partidária; caso contrário, não irei.

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Exatamente. O senhor está correto, porque no Executivo, hoje, não tem jeito. A burocracia é de tal ordem, de tal natureza, que daqui a pouco você falha. Você não tem como tomar conta daquilo. Por mais técnico que você seja, por mais inteligente que você seja, por mais pessoas capacitadas que te cerquem, você vai acabar cometendo uma falha. E aí vem o processo. Aí você entrega o cargo, muda o Prefeito, muda o Governador, e você fica lá *ad aeternum* se defendendo. O melhor mesmo é ser do Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Mas nós temos que exercer o nosso papel...

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - E mudar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - ...e mudar isso. Exatamente. Nós estamos estudando essa situação. Nós vamos trocar ideias nesse sentido.



Com a palavra o Deputado Carlos Magno, também autor do requerimento que culminou com a vinda do Sr. Pablo Wanzeller Pinheiro, Coordenador-Geral do Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Cumprimento o Presidente, Deputado Edinho Bez, os nossos expositores e o meu colega Deputado.

Não é objeto desta discussão, mas eu já fui Presidente da Associação de Municípios no meu Estado, Rondônia, e Diretor-Tesoureiro da Confederação Nacional dos Municípios, e tanto eu quanto o Paulo Ziulkoski tínhamos — e eu continuo tendo — uma restrição em relação a emendas parlamentares. É um relacionamento muito ruim entre Executivo e Legislativo.

Tem que haver, sim, cumprimento das políticas públicas, das necessidades da população. E, muitas vezes, nós somos cobrados pela própria população sobre a nossa transparência e a nossa capacidade de exercer os nossos mandatos, cobrando de nós a reciclagem da classe política. Mas eleitor também precisa de uma reciclagem. Quando um Parlamentar se desloca a um Município do seu Estado para dirigir uma reunião de demandas coletivas, no momento em que é concluída a reunião, ele se depara com a chamadinha de lado, com um eleitor querendo emprego, outro querendo patrocínio para o torneio de futebol e por aí vai. Se somarmos tudo, gasta-se a cada semana um salário de Deputado para atender a essas demandas. Então, é preciso haver essa reciclagem do entendimento da população quanto ao papel do Parlamentar. E é assim também com o Executivo.

Eu não tive a mesma sorte do colega, mas fui Prefeito 8 anos, e o que ele disse aqui eu também passei. Eu fui Prefeito de 1995 a 2004. O FNDE foi fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União, que descobriu que o Fundo não analisou em torno de 135 mil prestações de contas da merenda escolar. Aí foram cobrar isso do FNDE. Qual é a posição do Departamento Jurídico, do Diretor do Fundo? “Ah, vamos pegar o que vale menos, o Prefeito, ou o ex-Prefeito, e vamos debitar tudo na conta deles”. A incompetência na análise dessas prestações de contas foi do FNDE. Imagine, Presidente, 8 anos de prestações de contas aprovadas como Prefeito, na minha gestão. Um ano antes de eu assumir, o Prefeito que eu substitui se suicidou,



depois de eu ganhar as eleições. Por eu não ter denunciado a viúva, no caso, o espólio, eu estou pagando agora. Eles querem que eu consiga um documento de 20 anos atrás, praticamente, com as empresas, para eu prestar contas. E o FNDE fica todo bonito com o Tribunal de Contas. Então é muito fácil para o órgão.

Eu não tive a mesma sorte no Tribunal, apesar de o parecer do técnico, do auditor ser favorável a mim. E o próprio Ministério Público também foi favorável a mim com relação ao convênio, porque precisava de uma licença de operação do aterro sanitário, mas o convênio estava em vigência, e deixei recurso do convênio para conclusão da obra. Não consegui terminar no meu mandato, mas o Prefeito seguinte terminou a obra, deu seguimento à obra. E só 6 meses após a conclusão ele poderia pedir a licença de operação, para operacionalizar o aterro. E a mim foi atribuída a falta de objeto do convênio, que foi a operação do aterro sanitário.

Apesar de todos os pareceres favoráveis dos técnicos do Ministério Público, a 1ª Câmara conseguiu me julgar como culpado, devolvendo os recursos. Eu não fui questionado hora nenhuma sobre desvio de recursos ou má aplicação dos recursos, de maneira nenhuma. Isso aconteceu, recentemente, no julgamento do Senador Ivo Cassol. Na época de Prefeito, foi elogiada a qualidade da obra, a aplicação do recurso, mas simplesmente porque entenderam que havia diversos convênios, sendo que deveriam ter sido juntados os convênios e feita uma licitação só, mesmo não tendo havido desvio de recursos, sem nada, ele foi julgado na condição que foi, com pena de devolução de recursos e prisão. E ele foi Governador por 8 anos, está no terceiro ano do mandato de Senador e foi Prefeito por 8 anos, antes. Então, são essas as questões.

Mas eu gostaria de focar aqui e dizer o seguinte: eu subscrevi o requerimento desta audiência porque esse acompanhamento, essa gestão... E são tantos órgãos fiscalizadores, tanto do Ministério quanto de quem libera o recurso e de quem executa a obra, que todo o mundo fica confuso. Às vezes se é inocentado por um, daí a pouco, depois de 5 anos, chega um auditor lá da Corregedoria e acha que está errado. E o que acontece com os Prefeitos? Eles aprovam os projetos, dentro do próprio Ministério. O Ministério autoriza o uso do dinheiro, porque o projeto, apesar de haver pendências no início, teve sanadas todas as pendências. O Prefeito



executa a obra. Depois, a culpa é do Prefeito. Ele fez a obra de acordo com a planilha e paga o preço por isso.

Com relação a essa questão do Ministério do Turismo, existe convênio com a Caixa, não é? Então ainda tem que passar pelas exigências da Caixa. Hoje, quando se fala para os Prefeitos de recursos disponibilizados pela Caixa, eles pulam fora. Mas esse acompanhamento da liberação do recurso, do gasto, fica a cargo da própria Caixa, não é isso? A liberação do recurso vai de acordo com as medições. Os mesmos critérios que se usam para um Ministério usam-se para o outro, não é isso? Então há um acompanhamento mais de perto. E como as Superintendências estão em todos os Estados, há esse acompanhamento da liberação.

Eu gostaria de saber do Ministério o seguinte: depois daquelas denúncias de convênios que foram feitos com entidades para a realização de eventos, isso tem dificultado a liberação de recursos? O planejamento estratégico do Ministério do Turismo continua sendo executado normalmente? Houve algumas mudanças, alguma dificuldade de relacionamento?

E aí eu estendo a você também, Pablo, com relação aos programas de Governo. A assistência social do Ministério, através do Fundo, tem programas de Governo que independem de emendas parlamentares, dependendo apenas de haver cadastramento, viabilização de projetos. Como é que tem sido feito isso? Porque nós temos tido problemas aqui. Como as emendas ainda não estão disponíveis, a gente consegue ainda colocar? Porque há uma demanda muito grande, principalmente daquelas entidades que, historicamente, prestam serviço à sociedade. Essa é a situação das Sociedades Pestalozzi, das APAEs, entidades vinculadas a esses programas todos do Governo Federal e que, através de sua regularidade com o Fundo, têm conseguido algum recurso até para custeio. Como é que tem sido feito isso, como é a evolução do recurso disponibilizado para se manter as políticas públicas de governo? E por que nós estamos com tantos problemas para executar as nossas emendas no Ministério?

No caso desse novo sistema da Secretaria de Relações Institucionais — SRI, que prioriza para a educação... “*Olha você tem tantos milhões para empenhar, mas tem que empenhar tanto na saúde, tanto do Ministério do Esporte, tanto no Ministério tal*”. Mas o MDS não tem aparecido nessa prioridade do Governo Federal,



não pelo menos na ação de quem determina o empenho dessas emendas, a SRI. É algum problema de disponibilidade de caixa, de contingenciamento? O que está acontecendo, realmente, com a execução das políticas públicas, sem as emendas orçamentárias a que os Deputados têm direito e com relação à disponibilidade que existe de cadastramento das entidades, dos Municípios que se habilitam a ter acesso a esse recurso?

O SR. ÍTALO OLIVEIRA MENDES - Se me permite o Presidente, no que tange ao Ministério do Turismo, não obstante outros esforços do Ministério, seja em planejamento, seja em qualificação profissional, seja em promoção do ensino turístico, ações que também são objeto de parceria, de recursos de emenda do Legislativo para a execução pelo Ministério do Turismo, a grande concentração de recursos se dá via obras de infraestrutura. E essa execução, como V.Exa. fazia referência, é via contratos de repasse, que são executados pela Caixa Econômica, e grande parte em eventos de promoção de fluxos turísticos, que são celebrados via instrumento de convênio.

O Ministério do Turismo, em setembro de 2011, exatamente no início desse esforço de qualificação do gasto, editou novo regramento para todos os tipos de apoio realizado pelo Ministério do Turismo, especificamente para esses dois com destaque: a Portaria nº 112, que foi atualizada no início deste ano. E, de fato, se formos fazer um olhar específico para o que diz respeito aos eventos, de certa forma, o que se procurou foi sanar os problemas que se tinha com eventos naquela época, por não se eleger determinadas despesas que eram objeto de contestação frequente dos órgãos de controle, até pela dificuldade de padronização.

Por exemplo, o Ministério do Turismo, hoje, não paga mais cachê. O cachê das bandas não é objeto de apoio nesses eventos, porque existia uma dificuldade muito grande de mensuração, de padronização do gasto. Os órgãos de controle questionavam: *“Essa mesma banda cobrou um cachê de tal valor em uma cidade e de tal valor em outra cidade”*. De fato, mas talvez em função do deslocamento ou da data. Então, como existia uma dificuldade muito grande nesse caso, o Ministério do Turismo optou por apoiar determinadas despesas, em que a padronização era mais fácil — sonorização, iluminação, uma série de despesas necessárias de infraestrutura para o funcionamento desses eventos —, e, por outro lado, trazer



critérios que a gente pode chamar de mais rígidos para associar aquele evento, que tem um cunho cultural, mas é de promoção de fluxo turístico.

Então, a gente está procurando apoiar, cada vez mais, os eventos nos quais realmente conseguimos associar a um deslocamento, a um fluxo, a uma promoção da imagem desses destinos turísticos.

Todo esse esforço foi feito nesse sentido, no que diz respeito à normatização. De fato, a gente observa que mesmo o número se reduziu bastante. A gente tem uma atuação mais focada no que diz respeito a eventos e também mais associado ao que a gente pode chamar de destinos turísticos mais consagrados. Não obstante, a gente vem procurando sempre qualificar esses esforços para dar oportunidade a todos os destinos turísticos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Na minha gestão como Prefeito, existia o selo turístico, que era a habilitação do Município para ter acesso ao recurso que seria investido. Ainda há essa exigência com relação ao selo turístico? Que avaliação é feita?

O SR. ÍTALO OLIVEIRA MENDES - Ao selo, não. Mas há uma estratégia que o sucedeu. Logo depois desse esforço do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que contemplava, entre outras coisas, a deliberação normativa, que era o selo que determinava o Município turístico, hoje, esse esforço se deslocou para o que a gente chama de Programa de Regionalização do Turismo. No recorte geográfico, há um mapa onde são delimitadas as regiões turísticas no Brasil e os Municípios que as compõem. Esse mapa já foi atualizado três vezes. Foi elaborado o primeiro em 2003, atualizado em 2006 e em 2009. Hoje, a gente está exatamente no meio de um esforço de atualização do novo mapa, com data para conclusão em setembro.

Um passo que a gente avançou foi no sentido de não só determinar o Município turístico e o não turístico — e entre os turísticos, inclusive, destacar quais são os indutores e quais são apenas Municípios turísticos em que podíamos pensar —, mas também categorizar os Municípios turísticos.

O esforço hoje é entender qual é o apoio que o Ministério do Turismo precisa levar para o Município, para a gente qualificar também o apoio. Para isso, é preciso definir se é um Município que está em estágio inicial, ao qual a gente vai dar apoio



para qualificar a gestão, para ajudar no planejamento; se ele está em estágio intermediário, ou seja, já passou por essa etapa de qualificação e precisa agora de infraestrutura, de atração de investimento, de capacitação profissional; ou se ele já está em um terceiro estágio, em que já há essa oferta turística organizada e o que ele precisa é de investimentos em promoção. Então, esse esforço vem sendo conduzido, hoje, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo.

O esforço complementar que eu gostaria de destacar é o de monitoramento. Hoje, o Ministério do Turismo procura, cada vez mais, dar foco para o resultado, mensurar, definir indicadores e metas. Quando isso é feito para cada uma das áreas, existe um acompanhamento, um monitoramento mais próximo, que é o que eu destaquei, por exemplo, em relação ao Sistema de Acompanhamento dos Contratos de Repasse — SIACOR, em que eu tenho esse olhar específico para as obras de infraestrutura. E vem dando resultado.

Ao olhar, hoje, o conjunto de obras no Ministério do Turismo, dos 15 mil contratos celebrados, de 2001 até 2013, a gente tem mais de 9.500 contratos já concluídos, mais de 9.500 obras já concluídas. A gente tem um conjunto muito grande de obras em execução, de obras não iniciadas ainda, as mais recentes, mas com contrato regular, e um conjunto muito pequeno, comparativamente falando, da ordem de 5%, de obras em cláusula. Ou, quando há a análise da prestação de contas, a gente tem um número muito pequeno de tomadas de contas especiais, porque a gente começa a fazer uma gestão mais próxima, inclusive com a Caixa. Se a gente vê que naquela obra já houve medição, já se passa o recurso em seguida. Se a gente tem alguma cobrança, seja do Parlamentar, seja do gestor local, no tocante a uma obra que está pronta para medição, a gente pode ter uma interlocução mais próxima com a Caixa. Então, eu consigo colocar uma lupa sobre cada obra apoiada pelo Ministério do Turismo e fazer uma gestão mais próxima para acompanhá-las e minimizar problemas com qualquer uma delas.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Com relação ao turismo, nós temos diversos brasis dentro do Brasil. Uma coisa é fazer turismo à beira-mar, nas praias do Nordeste, no Rio, outra coisa é fazer turismo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Em Santa Catarina.



O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - ...em Santa Catarina. No Rio Grande do Sul há praia, mas não é tão... Como é que se fala lá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - A melhor praia do Rio Grande do Sul é a de Torres, que perde de goleada para as praias de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Fazemos essa brincadeira lá.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Eu já ouvi, sim.

Para fazer turismo no Amazonas, por exemplo, você depende de expandir as ações para além das divisas de um Município. Por exemplo, às vezes, há uma rampa de asa delta ou de parapente num Município, mas as cachoeiras são no Município vizinho, a 40 quilômetros. E há um hotel fazenda com disponibilidade de mata num Município que está a 30 quilômetros. De que forma se faz isso? É através de consórcio ou há alguma outra figura por meio da qual se possa habilitar um projeto de turismo para desenvolver o turismo em uma região como essa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Solicito, se possível, um pouquinho mais de brevidade. Nós temos que encerrar daqui a pouco a nossa audiência.

O SR. ÍTALO OLIVEIRA MENDES - De acordo.

Deputado, essa é exatamente a evolução da estratégia do desenvolvimento turístico. É o que há de mais moderno hoje nas estratégias, nos modelos de desenvolvimento, esse modelo de *cluster*, esse modelo de região turística, e é o modelo que o Brasil preconiza e com o que a gente vem tendo êxito nesse desenvolvimento.

Muitas vezes, como o senhor fez referência, a hospedagem está num Município, o atrativo está num outro e ainda há um Município no meio que é importante ali para o acesso a esses atrativos. Por isso esse esforço que o Ministério do Turismo vem conduzindo de regionalização, de trabalhar de forma regionalizada.

A gente identificou, no último mapeamento, 276 regiões turísticas no Brasil e que são objeto dessa intervenção a partir do olhar da região, do território. O que a gente procura fazer é incentivá-las.



E o modelo pode ser consórcio, que talvez seja o mais organizado, mais estruturado, talvez seja o *top* ou o último nível de desenvolvimento, mas a gente também incentiva os modelos anteriores de organização de forma integrada da região, mesmo que seja pela constituição de uma instância de governança, ainda que informal, ou pela formalização de uma instância de governança, mas que esses Municípios trabalhem de forma integrada ali, seja para promover, seja para estruturar o seu produto turístico, seja para a própria promoção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Para se manifestar, tem a palavra o Pablo.

O SR. PABLO WANZELLER PINHEIRO - Bom, retomando um pouco a conversa que a gente estava tendo, nós começamos a trabalhar com um projeto padrão no Ministério a partir da calamidade pública que ocorreu em 2010, em Alagoas e Pernambuco. A cidade de Branquinha, por exemplo, foi dizimada. A cidade inteira teve que ser mudada de local. Da sede da Caixa Econômica Federal à igreja, tudo foi para outro local. Então, nós trabalhamos, realmente, pensando em um Município que não tinha estrutura alguma. Sequer tinha cartório.

A gente começou a elaborar o projeto padrão, modelos de documentação. Aí o modelo — eu estava até lendo aqui para o Presidente — tem o nome do responsável legal, do proponente, o cargo, etc. É nesse nível, bem simplório, para o Município. A gente começou a criar facilidades para que o Município conseguisse retirar o processo de cláusula suspensiva.

Fora isso, no caso do MDS, mesmo o Município estando inadimplente no CAUC, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, a gente consegue repassar o recurso para o Município.

A gente tem criado uma série de facilidades para que realmente o convênio saia da cláusula suspensiva, principalmente a questão do projeto padrão, inclusive com o projeto executivo.

Com relação a essa questão das irregularidades, em que se passam anos, e depois os ex-gestores, que já estão em outras funções, são chamados, a gente está muito feliz com a Coordenação de Acompanhamento e Execução no Fundo Nacional, porque, tempestivamente, na execução, nós estamos conseguindo detectar impropriedades ou irregularidades. Isso evita que no futuro uma prestação



de contas seja glosada ou que futuramente um gestor que está há muito tempo fora da Prefeitura, que não tenha mais acesso aos documentos, seja acionado. Então, tempestivamente, a gente tem conseguido atuar nas impropriedades ou irregularidades.

O senhor fez também questionamento com relação aos projetos do Ministério.

Hoje, nossa realidade é de 4 mil Centros de Referência de Assistência Social — CRAS alugados no Brasil. E o Ministério tem feito um esforço para substituir essa rede alugada por equipamentos próprios. Por isso, temos anualmente financiado — e ainda é pouco — em torno de 200 CRAS e 100 Centros de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS para Municípios brasileiros. As regras são bem claras. Colocamos à disposição da Comissão Intergestores Tripartite, da qual participam Municípios, Estados, Distrito Federal e União e que deliberam os critérios. E os Municípios poderão apresentar propostas, independente de emenda parlamentar.

Por exemplo, um dos critérios, estabelecido de forma bem clara, é que a equipe de referência do CRAS seja formada por servidores efetivos. Se, eventualmente, o Município este ano não apresentou um corpo funcional de servidores efetivos e deseja receber o CRAS, no ano que vem ele já vai ter que apresentar esses servidores concursados.

Com relação às emendas parlamentares, os projetos padrões de CRAS e CREAS têm ajudado os Parlamentares na efetivação das emendas. Então, hoje temos modelo de documento, modelo de projeto. No que tange ao CRAS e ao CREAS, até o ano passado, todas as emendas — e isso é bem claro — que foram aprovadas foram empenhadas. E hoje tenho 51 convênios que não foram pagos. Então, todas as emendas aprovadas foram empenhadas, e 51 convênios não foram pagos. E esses convênios que não foram pagos são aqueles que estamos pedindo algo, cobrando, indo atrás. Temos feito um esforço para que não seja somente empenhada a emenda, mas que efetivamente seja executada.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PABLO WANZELLER PINHEIRO - Até o ano passado víhamos trabalhando dessa forma. Agora, realmente, não sei como vamos trabalhar no



Ministério. Mas toda emenda que havia sido aprovada foi empenhada, e grande parte já foi executada. Estamos com um passivo de 51 convênios de 2012.

Com relação às entidades, o Decreto nº 7.788 veda que o Fundo Nacional de Assistência Social, a Secretaria Nacional, celebre diretamente com as entidades. Por outro lado, a Portaria nº 507 veda o subconveniamento.

Diversos Parlamentares têm apresentado emendas para APAE e para a Pestalozzi, e elas têm executado em conjunto com o Município. Já que uma instituição como a APAE faz parte da Rede SUAS, o Município tem licitado, adquirido os itens, geralmente itens de consumo, e executado em conjunto com a instituição.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - E se um quiser fazer uma piscina, por exemplo?

O SR. PABLO WANZELLER PINHEIRO - Aí é que está. Não podemos, neste momento, ao menos, aumentar o patrimônio de uma entidade privada sem fins lucrativos. No que tange à estrutura da instituição, não temos...

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Nem via Prefeitura.

O SR. PABLO WANZELLER PINHEIRO - Mas aí tem uma ressalva. Por exemplo, grande parte da demanda das entidades privadas é por pequenas reformas: acessibilidade, fazer mais uma sala, etc. Temos que pensar o seguinte: quando o Parlamentar coloca uma emenda, por exemplo, de 100 mil reais para aquisição de material de consumo, ela vai suprir aquela demanda da instituição durante 1 ano com material de limpeza, alimentação, etc. De certa forma, isso desonera o orçamento da instituição, liberando-a para que ela, com o próprio orçamento, efetue as reformas, ampliações, adaptações, porque a emenda parlamentar libera o seu orçamento. Estamos com vários casos nesse sentido. O nobre Deputado Eduardo Barbosa não está presente hoje, mas é o nosso campeão de emendas. Ele coloca muitas emendas para a aquisição de veículos para deficientes físicos. A prefeitura adquire o veículo, faz a manutenção, o seguro e uma cessão de uso para a instituição. Em alguns casos, como em São José do Rio Preto, a *van* serve à instituição e à noite volta para a garagem, porque todo o resguardo do bem é de responsabilidade do Município. Então, a gente tem conseguido executar isso com bastante segurança.



Agora, é claro, em relação às instituições, a gente tem que ter cuidado na elaboração das emendas para que elas, de fato, sejam atinentes à assistência social.

Recentemente, nós recebemos uma emenda parlamentar do Rio de Janeiro, no valor de 7 milhões de reais, para aquisição de vans. Várias das instituições que estavam sendo apontadas como beneficiárias, pelo menos umas 20, não possuem relação com a assistência social. Então, o mínimo que a gente está exigindo para que elas possam ser beneficiadas é justamente ou a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social — CEBAS ou que ela esteja inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social. Normalmente é uma APAE, e ela atende a esses critérios.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Se ela tiver inscrita no Conselho...

O SR. PABLO WANZELLER PINHEIRO - Isso. No Conselho Municipal ou se tiver a CEBAS, que é a Certificação com a gente, aqui, em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Com a palavra, com muito prazer, o Deputado Francisco Escórcio, o nosso amigo Chico.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ESCÓRCIO - Muito obrigado pelo gesto carinhoso e bondoso do grande amigo.

Companheiros, meus queridos colegas, é uma satisfação estar aqui. Eu, que ando para cima e para baixo, estou participando da Comissão do Programa Mais Médicos. Então, nós estamos aí, vamos dizer assim, cheios de compromissos com essa pauta.

Mas, ao chegar aqui, vi que o assunto é palpável, até porque nós estamos cansados de saber que existe uma diferença muito grande entre a teoria e a prática.

O que nós estamos vendo — e aqui isso é corriqueiro; estão aí os colegas, que podem confirmar — é que nós temos a boa vontade do Ministério do Turismo, do qual é Ministro um conterrâneo meu, o nosso colega do PMDB Gastão Vieira. Porém é claro e evidente que todos nós estamos sentindo que, depois que o Ministério do Turismo libera os recursos para a Caixa Econômica existe um gargalo violentíssimo. Parece obra de igreja: não sai nunca.

Nós temos um problema seriíssimo e que, inclusive, esta Casa já debateu, em relação a esse assunto. Nós temos a liberação por parte do Ministério, e parece que



a coisa não anda na Caixa Econômica Federal. É um agarrado ao outro, e não sai, de maneira alguma, aquilo que nós precisamos lá na ponta, que é exatamente a conclusão das obras.

O que você tem a me dizer em relação a isso? Já que vocês estão ajeitando as cosias, precisavam ajeitar também nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Deputado Francisco Escórcio, será repetido para V.Exa., mas foi levantado por mais de um Parlamentar, durante a nossa audiência pública de hoje, questionamento quanto à burocracia da Caixa Econômica Federal, dentre outras. Mas, resumida e objetivamente, peço a um dos dois, ao Ítalo ou ao Pablo, para responder, mais uma vez, ao Deputado Francisco Escórcio.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ESCÓRCIO - (*Ininteligível.*) O assunto é da Casa inteira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - E V.Exa. nem sabia e veio com o mesmo assunto. Parabéns.

O SR. ÍTALO OLIVEIRA MENDES - Deputado, nós estamos atentos, do ponto de vista do Ministério do Turismo, aos problemas existentes e com uma gestão mais próxima para conseguir solucioná-los.

Falávamos aqui um pouco mais cedo sobre essas dificuldades encontradas, mas também da importância dessa parceria, para que a gente consiga ter a capilaridade de acompanhar a execução desse contrato de repasse e da ferramenta que o Ministério do Turismo desenvolveu hoje, para conseguir que essa informação tenha uma dimensão interna de gestão, tenha uma dimensão da Caixa, que compartilha essa informação conosco. Hoje a gente já compartilha essa informação com os órgãos de controle, que têm senha do sistema e acompanham essa execução. Da mesma forma, a gente já tem a versão do sistema disponibilizado no portal do Ministério do Turismo para a sociedade. Qualquer cidadão pode consultar e acompanhar o andamento da obra no seu Município.

O que conseguimos com isso? Ir aprimorando cada vez mais essa relação para qualquer problema em que é preciso atuar, inclusive no que diz respeito à Caixa. Então, conseguimos saber em que momento cada novo contrato foi celebrado, cada nova obra foi iniciada, qual a obra que eu tenho problema de



medição, qual a obra que foi concluída. É claro que isso não significa nada se eu não tiver atuação na gestão. Hoje a gente tem avanços importantes nesse monitoramento e mostrou a experiência mais cedo. Então, a gente acompanha cada um desses contratos, para atuar com mais precisão.

O que podemos dizer é que conseguimos ter, hoje, um índice de sucesso considerável. A gente está falando da importância de concluir as obras, falava dos 15 mil contratos de obras de infraestrutura que o Ministério do Turismo tem, que vão de todos os portos, desde projeto de sinalização turística, centro de atendimento ao turista, centro de convenções, até obras de pequeno porte ou de grande porte de acessibilidade aos destinos. Por exemplo, estou olhando um panorama do sistema que a gente mostrava: de 15 mil contratos, temos cerca de 9.500 contratos concluídos. Então, eu tenho mais de 60% desses contratos concluídos. Eu tenho, dessas obras, mais de 24%, mais de 3.600 estão em execução, e eu estou gerenciando essa execução sem nenhum problema. E o índice de obras paralisadas é de menos de 5%, e aí eu começo a atuar de forma mais próxima, seja com o gestor local, seja com a Caixa, para tentar resolver cada uma dessas questões.

A gente falava aqui da normatização mais eficiente, e o Ministério do Turismo procurou conduzir, a partir da Portaria nº 112, de 2011, atualizada este ano, sobretudo, da qualificação da gestão. E aí a importância das ferramentas de monitoramento: a informação em tempo real compartilhada, com transparência, para atuar, a fim de ter cada vez mais esse índice de sucesso na execução das obras, muitas delas fruto de parceria com o Legislativo, de alocação de emendas parlamentares dos senhores no Ministério do Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Gostaria de dizer alguma coisa?

O SR. PABLO WANZELLER PINHEIRO - Sim, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Rapidamente.

Depois eu passo a palavra para o Chico.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ESCÓRCIO - Está com muita pressa. O que é? Nunca vi desse jeito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - É que tem um amigo do Maranhão aí me convidando para almoçar e eu tenho que atendê-lo.



O SR. PABLO WANZELLER PINHEIRO - Nobre Deputado, em nome do MDS, quero responder esse questionamento, reiterando que a gente entende que em certos momentos realmente em algumas regionais da Caixa Econômica Federal há um grande número de processos, gerando uma dificuldade na análise. A gente entende isso.

O que o MDS tem feito para auxiliar para que o processo seja mais célere, para que as emendas andem de forma célere, que os programas do Ministério andem de forma mais rápida? Nós fizemos um projeto padrão de construção. A gente manda o arquivo DWG e o modelo de documentação para a engenharia do Município. Reiterando aquela informação dos contratos de repasse celebrados em 2012, nós mandamos o projeto padrão para o Município em dezembro. Passaram-se janeiro, fevereiro, março, abril, e em maio foi que grande parte dos Municípios começaram a entregar a documentação à Caixa. Cinco meses depois! Sendo que a cláusula suspensiva é de 9 meses, conforme a Portaria nº 507.

Então, a gente...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ESCÓRCIO - É o tempo da gestação.

O SR. PABLO WANZELLER PINHEIRO - O projeto vem pré-aprovado, Deputado. A gente tem feito um esforço. Assim como o Parlamentar tem o desejo de que esse projeto esteja pronto, o Ministério tem também.

Eu posso falar de uma situação particular: nas minhas férias, eu fui visitar um CRAS, na praia de Capão da Canoa, construído com recursos do Ministério. Então, eu fui realmente nas férias verificar e fiquei muito feliz com aquele objeto construído. E assim eu quero que todas as obras do Ministério sejam concluídas. A gente tem feito um esforço imenso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Só para complementar, agradeço a presença e a manifestação ao Deputado Francisco Escórcio, que é um dos Deputados que, carinhosamente, temos a liberdade de chamar de Chico. Meu nome é Edson, mas ninguém me conhece por esse nome, é Edinho.

Agradeço a presença. Seja sempre bem-vindo à nossa Comissão. Aqui temos tido debates calorosos. E é para isso que existe a Comissão. Sempre falo para as pessoas não se preocuparem. Aquela questão, por exemplo, da telefonia fixa e móvel, mais da móvel, quando apresentamos requerimento e chamamos para a



audiência pública, várias operadoras se preocuparam. Eu falei para que encarassem como uma oportunidade, já que poderiam falar também sobre quais as deficiências ou problemas de legislação teriam. Acabamos descobrindo que o problema maior da telefonia celular, além de outros, é a falta de instalação de antena em determinado Município, por exemplo. Não há condições de se atender toda a demanda. Por quê? Porque houve um erro da ANATEL, que vendeu além do que poderia ter vendido. Mas por que não foram instaladas as antenas? Porque as prefeituras levam em média de 8 meses a 1 ano para concederem a licença.

Nós vamos alterar isso. Já estamos trabalhando para que a prefeitura tenha no máximo até 60 dias para dizer se autoriza ou não. O que não pode é ficarmos 1 ano esperando para se instalar uma antena. Então, todos ganharam, e as operadoras estão satisfeitas. Hoje, criamos um grupo de trabalho e vamos evoluir muito nesse sentido.

Assim, sua vinda aqui é exatamente para debater, conversar respeitosamente. Ninguém aqui tem interesse de denegrir quem quer que seja, e sim encontrar uma saída melhor para o País.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ESCÓRCIO - Aproveito a oportunidade para dizer que a telefonia celular, no meu querido Estado do Maranhão, é caso de polícia. Ninguém fala nada. A Vivo é morta. A TIM espirra o tempo todo. É um negócio de doido.

Então, eu acho que esta Casa faz muito bem ao povo brasileiro de acolhar este pessoal que está aqui com essa concessão, sem dar uma boa resposta à população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - É isso que estamos fazendo, colega.

Bom, apenas para concluir, aproveitando que nós temos dois Ministérios importantes presentes, vou citar uns exemplos, bem rapidamente. Trata-se de uma emenda deste Deputado para um determinado Município. Vou contar a parte final. A Caixa Econômica foi até o Município, acertaram e estavam prontos para assinar o convênio. Quando estava prontinho, dia 21 de dezembro de 2012, a prefeitura entrou no CAUC negativo. A prefeitura tomou conhecimento e regularizou a situação no dia seguinte. Provou à Caixa que estava tudo bem. Só que aí entrou no CAUC.



Através da Receita Federal, a liberação da negativa leva de 10 dias a 15 dias. Se nós esperássemos a liberação da Receita Federal, viraria o ano, o exercício, e perderíamos a emenda.

O prefeito me ligou apavorado e eu fui até o Ministério do Turismo, falei com o Fábio, com o pessoal todo lá. Disseram que não podiam fazer nada, mas que não queriam perder a emenda também. Tiveram boa vontade, interessaram-se, mas a AGU determinou que não se desse continuidade ao convênio. Resumindo aqui a história: a saída foi o prefeito entrar com um processo judicial, e aí a AGU insistiu. Num primeiro momento, tinha conseguido a liminar, mas a AGU derrubou a liminar. Ficou pendente. Eu fui à AGU falar com o juiz federal. Acabamos indo à região. Eu fiz um apelo ao juiz, porque não é possível que não haja bom senso. Ela não devia mais, estava em dia. *"Ah, mas o problema é que tem que haver a negativa."* Resumindo a história, conseguimos resolver parcialmente, foi autorizado o convênio, mas ainda sujeito a ter outros problemas.

Essas coisas não dão mais. Isso fez com que eu entrasse com uma emenda, na Comissão de Orçamento, à LDO, para alterar o prazo. Quando uma prefeitura solicitar uma negativa, que essa negativa se estenda por 6 meses. O prazo não pode estar vencendo de 30 em 30 dias. A prefeitura, no início, estava em dia com a Caixa Econômica, mas venceu a negativa, em função do prazo de 30 dias, e, coincidentemente, virou o exercício.

Então, são detalhes para o qual nós precisamos encontrar uma solução juntos. O Ministério quis resolver a questão, quis atender à demanda e esbarrou na lei. Depois, nós temos o problema do Poder Judiciário, que é muito lento. Será que esse pessoal do Poder Judiciário não sabe que ninguém acredita neles? Alguém tem que lhes dizer isso. Eu sou de andar na rua, de visitar e de conversar com as pessoas. Eu não conheço uma pessoa que acredite que o Poder Judiciário funcione rápido. Aliás, há o perigo de também vir uma sentença diferente.

Então, eu já fiz pronunciamentos aqui. Tenho amigos juízes, amigos Ministros, tenho conversado com eles, e há um sistema burocrático.

Com relação ao caso do Senador Cassol, de Rondônia, tem que haver uma punição para o Poder Judiciário, tem que se inverter o papel. Por quê? Ora, ele foi prefeito. Depois de 13 anos, parece-me, ele foi governador. Eu pergunto: ele poderá



ser candidato a governador hoje? Não. Então, ele foi governador indevidamente por culpa do Poder Judiciário. Ele é Senador indevidamente por culpa do Poder Judiciário. Como ele foi governador, hoje exercendo o mandato no Senado, e é cassado por uma irregularidade, quando foi prefeito, há 13 anos? Isso não dá mais! Não dá mais para convivermos com isso. Vou ser ferrenho aqui, combater isso e apresentar projetos. Irei conversar com eles. Não é possível!

Um detalhe: quando alguém se candidatar, e o Poder Judiciário disser que ele poderá ser candidato — porque nós passamos por lá, foi atestado que poderíamos ser candidatos —, mas, depois de 1 ano, ele não puder mais ser candidato e perder o mandato... Eles estão fazendo a população, o eleitor de bobo. Isso é uma desconsideração, um desrespeito para com o eleitor também, porque o eleitor votou, sabendo que ele poderia ser candidato.

Então, nós temos que mudar muita coisa. Há muita coisa errada aqui. Nós precisamos botar o dedo na ferida. Não é para questionar as pessoas. Estou falando do sistema judiciário, do sistema político. Nós temos que ter coragem para fazer isso.

Outra coisa, o próprio servidor público também está inseguro. É interessante, porque é uma coisa com a qual ninguém ganha. Eu queria achar algo positivo para alguém. O servidor público, o técnico, já tem medo de assinar também, porque, daqui a pouco, a casinha que ele conseguiu está em risco. E aí ele se amarra, e, amarrando-se, prejudica.

Então, nós temos que juntar tudo isso. Estou estudando isso, para nós encontrarmos uma saída para o País. Sabe por quê? O mundo hoje está pequeno, com o avanço tecnológico, com a rapidez da comunicação. Hoje é Twitter, Internet, Facebook e redes sociais. E, se nós bobearmos, ficarmos com a burocracia nos emperrando, poderemos ser engolidos por outros países mais eficientes. Hoje, nós não vivemos mais isoladamente.

Nós contamos com vocês também para nos propor sugestões. Esta Comissão é para receber essas coisas, para a gente encontrar uma saída, não é para prejudicar ninguém. Eu nunca fiz mal a ninguém. Agora, nós temos que ter respeito para com a população.



Eu quero aproveitar, encerrando, para dizer que, quando escuto o Supremo Tribunal Federal — principalmente o Supremo Tribunal Federal —, alguns juízes, alguns desembargadores do Tribunal de Justiça, o que é público, no caso do Supremo Tribunal é aberto... A população está tão decepcionada que vai acabar pedindo para não ser transmitido mais. A deceção é muito grande. Aí ficam os Ministros, para mostrar sua cultura, falando em latim. Eles têm que falar é em português, têm que falar para a população entender. Eles ficam citando frases de efeito em latim e em inglês, cada um querendo ser mais eficiente do que o outro, com um ego exagerado.

Eu tenho mandato e tenho que dizer. Eu tenho de falar do sentimento da população, senão, terei que rasgar o meu diploma e ir para casa. Todas essas coisas são para enganação. E a população está decepcionada.

Outro dia, uma pessoa se manifestou, dizendo para mim: “*Pô, mas o Congresso Nacional está desgastado!*” Eu disse a essa pessoa — uma mulher até: “*Vamos fazer o seguinte: vamos conversar daqui para frente, este nosso papo aqui, intimamente, como se nós fôssemos amigos. Você vai dizer o que quiser para mim, esqueça que eu sou Deputado. Eu vou falar o que penso também, para a gente entender melhor o que é o Congresso*”. Ela respondeu: “*Oh, que bacana você me dar essa atenção!*” Vamos lá: “*Você sabe o que é o Congresso Nacional?*” “*O que é?*” “*É a tua cara. Nós combinamos que iríamos nos falar intimamente: o Congresso Nacional é a tua cara*”. “*Sabe por quê? Você conhece algum contador, por exemplo, um conhecido teu?*” Ela disse: “*Conheço. Um amigo meu é contador*”. “*Pois é, lá tem vários Deputados contadores. Você conhece alguém, por exemplo, que é advogado?*” “*O marido da minha cunhada é advogado.*” “*Lá tem vários advogados. Você conhece alguém, por exemplo, que é dos sindicatos dos trabalhadores rurais?*” Ela disse assim: “*Conheço*”. “*Lá tem vários representantes sindicalistas. De que religião você é?*” Ela disse: “*Eu sou católica*”. “*E lá tem vários padres que são Deputados e Senadores. Você conhece alguém que é evangélico?*” “*Ah, a minha irmã virou evangélica agora.*” “*Pois é, lá tem mais de 30 Deputados evangélicos.*” E eu fui citando, fui citando.

É a cara da sociedade isto aqui, minha gente! Até porque ninguém chega aqui sem voto. O eleitor é que elege. Vamos parar de demagogia. Eu estou no sexto



mandato, cinco de Deputado Federal e um de Deputado Estadual. Em todo mandato, há renovação nesta Casa de 40% a 50% dos Deputados. Por que não muda? Não muda porque a sociedade não mudou. Vamos dividir essa responsabilidade. Isso é a nossa cultura. Então, nós temos que levantar tudo isso e colocar o dedo na ferida.

Aqui há muitos Deputados bons. Outro dia, conversando com o Pedro Simon, ele disse para mim, em tom mais de brincadeira, mas disse: *"Deputado igual ao Edinho e eu está em extinção, mas há Deputados e Senadores bons"*. É claro que há. Aqui tem dia que nós não damos conta do recado. Vocês sabem. Trabalhamos feito loucos aqui. Este aqui, que foi meu Chefe de Gabinete e hoje também chefia esta Comissão, sabe que nós trabalhamos 10 horas, 11 horas quase todos os dias, exceto quando há um jantar. E os nossos jantares aqui são para serviço, não são para lazer. Você chega ao aeroporto fazendo reuniões; faz reuniões na base; faz reunião no escritório e no corredor, atendendo esta Casa transparente e aberta. Vamos parar de demagogia e chamar todos à responsabilidade!

O maior culpado por tanta impunidade chama-se Poder Judiciário. Este é o maior responsável porque lá não há eleição, não há mandato, o emprego é vitalício. Ele tem o dever e a obrigação de dar o exemplo. Nós também temos dever, mas nós somos submetidos, a cada 4 anos, à avaliação. Então, nós temos que levantar tudo isso.

Não estou dizendo que o Fulano ou o Sicrano errou. Nós precisamos aperfeiçoar os sistemas, senão, ficamos aqui arranjando desculpa e faz de conta. A segurança pública do Brasil hoje é um faz de conta: o delegado faz de conta e o policial faz de conta, até porque parte da imprensa é a maior responsável por muitas coisas erradas. Quando um policial bate num bandido, ela fica do lado do bandido! É ou não verdade? Ela fica do lado do bandido: *"O cara apanhou... O cassetete..."* Ficam repetindo isso 300 vezes. Mas o cara pode bater no policial.

Então, gente, vamos fazer uma ampla reflexão. Eu estou muito indignado, e já fiz pronunciamento sobre isso. Nós temos que criar aqui uma Comissão diferente, para encontrar uma saída para o País. O Brasil pertence aos brasileiros. Caberá a nós, juntos, encontrarmos uma saída para o País.



Peço desculpas também pelo desabafo, até como Presidente. Mas vejam que a reclamação é de todos, quando envolve um assunto de vocês, pela demora, pela burocracia. Vamos nos doar mais um pouco para o nosso País. Vamos fazer correr, nas nossas veias, um pouquinho mais de patriotismo.

Agradeço ao Sr. Ítalo Oliveira Mendes, Diretor de Gestão Estratégica do Ministério do Turismo. Eu sou uma pessoa muita ligada ao turismo também e só não estou na Comissão porque assumi a Presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Mas, no ano que vem, estarei de volta, até porque não posso estar nas Comissões assim.

Também quero agradecer ao Sr. Pablo Wanzeller Pinheiro, nosso vizinho de Santa Catarina, por ter vindo aqui prestar esclarecimentos. Valeu muito. Tudo aqui foi gravado e está disponibilizado para quem quiser.

Encerro, agradecendo, mais uma vez, a presença a vocês. Registro, por último, que está presente o amigo de Santa Catarina, César Edineu de Souza Arruda, da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais. É um prazer tê-lo aqui conosco.

Quero agradecer a presença a todos vocês, que juntos engrandecem ainda mais o nosso trabalho e esta audiência pública.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente audiência pública.